O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	**COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**	**02.846.056/0001-97**
4 - NIRE		
35.300.158.334		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV.CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5 ANDAR				VILA OLIMPIA	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
04551-065	SÃO PAULO				SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
11	3048-5921	3048-5925	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
11	3048-5911	-	-		
15 - E-MAIL					
renato.vale@grupoccr.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
ARTHUR PIOTTO FILHO					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV.CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5 ANDAR				VILA OLIMPIA	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
04551-065	SÃO PAULO				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
11	3048-5931	3048-5921	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
11	3048-5903	3048-5911	-		
16 - E-MAIL					
arthur.piotto@grupoccr.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2008	31/12/2008	3	01/07/2008	30/09/2008	2	01/04/2008	30/06/2008

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES	00418-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
JOSÉ LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO	007.769.948-32

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2008	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	403.101.800	403.101.800	403.101.800
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	403.101.800	403.101.800	403.101.800
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	11/08/2008	Dividendo	29/09/2008	ON	1,0000000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
24/10/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2008	4 - 30/06/2008
1	Ativo Total	1.977.490	1.871.989
1.01	Ativo Circulante	232.938	167.875
1.01.01	Disponibilidades	200.938	142.046
1.01.01.01	Caixa e Bancos	180	171
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	200.758	141.875
1.01.02	Créditos	9.176	6.743
1.01.02.01	Clientes	9.176	6.743
1.01.02.01.01	Contas a Receber	82	82
1.01.02.01.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	9.094	6.661
1.01.02.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.02.02.01	Conta Reserva	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	22.824	19.086
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	18.920	17.002
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	0	0
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	1.584	595
1.01.04.06	Outros Créditos	2.320	1.489
1.02	Ativo Não Circulante	1.744.552	1.704.114
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	48.876	48.330
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01.01	Contas a Receber	0	0
1.02.01.01.02	Conta Reserva	0	0
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.785	2.746
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	2.785	2.746
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	46.091	45.584
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	45.558	44.964
1.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	10	10
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.02.01.03.05	Despesa Antecipada de Outorga Fixa	0	0
1.02.01.03.06	Despesas Antecipadas	523	610
1.02.01.03.07	Outros Créditos	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.695.676	1.655.784
1.02.02.01	Investimentos	1.675.140	1.633.274
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2008	4 -30/06/2008
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.675.140	1.633.274
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	35	35
1.02.02.01.06	Provisão para Perda com Investimentos	(35)	(35)
1.02.02.02	Imobilizado	1.090	1.115
1.02.02.03	Intangível	19.446	21.395
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2008	4 - 30/06/2008
2	Passivo Total	1.977.490	1.871.989
2.01	Passivo Circulante	362.256	59.176
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.01	Empréstimos e Finaciamentos	0	0
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Swap"	0	0
2.01.02	Debêntures	339.078	41.705
2.01.03	Fornecedores	3.716	2.535
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	203	380
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	203	380
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.01.06.03	Contigências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.472	2.080
2.01.08	Outros	16.787	12.476
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.716	12.401
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	0	0
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	71	75
2.02	Passivo Não Circulante	78.039	91.096
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	78.039	91.096
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Swap"	0	0
2.02.01.02	Debêntures	75.000	75.000
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.02.01.03.05	Contigências	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.916	1.916
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	1.123	14.180
2.02.01.06.01	Obrigações com o Poder Concedente	0	0
2.02.01.06.02	Outros Contas a Pagar	1.123	14.180
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	1.537.195	1.721.717
2.04.01	Capital Social Realizado	571.234	571.234
2.04.02	Reservas de Capital	220.527	220.527

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2008	4 -30/06/2008
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	(800)	240
2.04.04.01	Legal	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	(800)	240
2.04.04.07.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(800)	240
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	746.234	929.716
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2008 a 30/09/2008	4 - 01/01/2008 a 30/09/2008	5 - 01/07/2007 a 30/09/2007	6 - 01/01/2007 a 30/09/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	16.589	49.764	20.119	47.153
3.02	Deduções da Receita Bruta	(407)	168	(592)	(1.254)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	16.182	49.932	19.527	45.899
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(9.719)	(28.031)	(8.986)	(27.189)
3.04.01	Depreciação e Amortização	(5)	(5)	(115)	(334)
3.04.02	Serviços	(4.381)	(11.974)	(4.170)	(12.320)
3.04.03	Custo com Outorga	0	0	0	0
3.04.04	Custo com Pessoal	(3.576)	(10.403)	(3.564)	(10.887)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(1.437)	(4.212)	(767)	(2.520)
3.04.06	Outros	(320)	(1.437)	(370)	(1.128)
3.05	Resultado Bruto	6.463	21.901	10.541	18.710
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	213.158	502.900	168.729	429.163
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(17.684)	(67.827)	(12.068)	(45.720)
3.06.03	Financeiras	11.607	22.841	724	8.745
3.06.03.01	Receitas Financeiras	16.916	39.635	9.419	32.666
3.06.03.01.01	Variações Monetárias e Cambiais	52	142	0	0
3.06.03.01.02	Ganho com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.01.03	Juros e Outras Receitas Financeiras	16.864	39.493	9.419	32.666
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(5.309)	(16.794)	(8.695)	(23.921)
3.06.03.02.01	Juros s/Emprést.,Financ. e Debêntures	(4.194)	(11.282)	(4.488)	(13.968)
3.06.03.02.02	Variações Monetária s/Obrig.P.Concedente	0	0	0	0
3.06.03.02.03	Variações Monetárias e Cambiais	(1)	(1)	0	0
3.06.03.02.04	Perda com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.02.05	Taxas, Comissões e Outras Desp. Financ.	(1.114)	(5.511)	(4.207)	(9.953)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(3.773)	(5.787)	(1.928)	(5.784)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2008 a 30/09/2008	4 - 01/01/2008 a 30/09/2008	5 - 01/07/2007 a 30/09/2007	6 - 01/01/2007 a 30/09/2007
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	223.008	553.673	182.001	471.922
3.07	Resultado Operacional	219.621	524.801	179.270	447.873
3.08	Resultado Não Operacional	0	(2)	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	219.621	524.799	179.270	447.873
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	(301)	(301)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	219.621	524.799	178.969	447.572
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,54483	1,30190	0,44398	1,11032
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da ação e o dividendo por ação que estão expressos em R$)

Índice

Nota	Descrição	Página
1	Contexto operacional	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras	14
3	Resumo das principais práticas contábeis	16
4	Demonstrações financeiras consolidadas	20
5	Disponibilidades	22
6	Aplicações financeiras vinculadas conta reserva – (consolidado)	23
7	Contas a receber	23
8	Impostos a recuperar	24
9	Imposto de renda e contribuição social	24
10	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	28
11	Outros créditos	29
12	Partes relacionadas	29
13	Investimentos	32
14	Imobilizado	36
15	Intangível	40
16	Diferido	41
17	Empréstimos, financiamentos e debêntures	42
18	Plano de incentivo de longo prazo	56
19	Impostos, contribuições e parcelamentos a recolher	57
20	Outras contas a pagar	58
21	Compromissos vinculados à concessão	59
22	Provisão para contingências – consolidado	62
23	Patrimônio líquido	63
24	Instrumentos financeiros	63
25	Cobertura de seguros	67
26	Remuneração da administração	68
27	Eventos subseqüentes	68
28	Demonstrações dos fluxos de caixa	70

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A Companhia de Concessões Rodoviárias (Companhia) tem como objeto social participar em empresas que possuam concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados à operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias.

As empresas que compõem o Grupo CCR são:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte)
- Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Escafandro Participações S.A. (Escafandro)
- Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços)
- Actua Assessoria Ltda. (Actua Assessoria)
- Engelog Centro de Engenharia Ltda. (EngeLog)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)

As seguintes concessões são administradas por algumas das controladas, conforme abaixo:

- Até 28 de fevereiro de 2021, Rodovia BR-116/RJ/SP, que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (Rodovia Presidente Dutra) e respectivas rodovias de acesso, totalizando 402,2 km. (NovaDutra);
- Até 31 de dezembro de 2026, Sistema Rodoviário Anhangüera-Bandeirantes composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, São Paulo - Limeira, totalizando 316,8 km. (AutoBAn);
- Até 12 de janeiro de 2022, ligação viária Rio Bonito - Araruama - São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124, trecho Rio Bonito - Araruama; paralela à RJ-106, trecho Araruama - São Pedro da Aldeia; e 4 km da RJ-106 do km 105 ao 109, totalizando 60,0 km. (ViaLagos);

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Até 31 de maio de 2015, Ponte Presidente Costa e Silva (Rio - Niterói), totalizando 23,3 km. (Ponte);

- Até 21 de novembro de 2021, Rodovia BR-376, Apucarana - São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, São Luís do Purunã - Curitiba; PR-151, trecho Jaguariaíva - Ponta Grossa; e seus entroncamentos, totalizando 487,5 km. (RodoNorte);

- Até 31 de dezembro de 2022, SP-280 Rodovia Castello Branco, SP-270 Rodovia Raposo Tavares, SP-075 Rodovia Senador José Ermírio de Moraes e SP-091 Rodovia Dr. Celso Charuri, totalizando 162 km (ViaOeste);

- Até 29 de novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 29 de novembro de 2041, para garantir 30 anos de exploração econômica, Linha Quatro – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra (ViaQuatro).

- Em 08 de janeiro de 2008 foi constituída a controlada Escafandro Participações S.A. com participação de 99% da Companhia e de 1% de sua controlada Actua Assessoria Ltda., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

  A controlada Escafandro, em 29 de janeiro de 2008, firmou compromisso de compra e venda, irrevogável e irretratável, com as empresas Encalso Construções Ltda. e Senpar Ltda., para aquisição de 40% do capital da Renovias Concessionária S.A. Em 07 de março de 2008, a Companhia e a sua controlada Escafandro firmaram Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas. O valor acordado desta transação, sujeita a ajustes previstos em contrato, era de R$ 265.000, tendo sido adiantados R$ 30.000, em 11 de março de 2008. A liquidação financeira do saldo remanescente estava sujeita à aprovação dos financiadores.

  Em 03 de junho de 2008 foram finalizadas as etapas previstas no compromisso de compra e venda e no Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas, passando a Escafandro a deter 40% das ações ordinárias e preferenciais da Renovias.

  A Renovias é uma concessionária de serviços públicos de rodovias que tem por objetivo administrar e operar a malha viária correspondente ao Lote 11 do Programa de Concessões de Rodovias do Estado de São Paulo, este lote abrange cinco rodovias (SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350) na região nordeste do Estado de São Paulo, na ligação entre Campinas, Circuito das Águas Paulistas e Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 km. A concessão tem prazo de 24 anos e 2 meses, encerrando-se em 31 de maio de 2022.

- Em 08 de janeiro de 2008 foi constituída a controlada Aldanati Participações S.A., com participação de 99% da Companhia e de 1% de sua controlada Actua Assessoria Ltda., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

  Em 11 de março de 2008 o Consórcio Integração Oeste, com participação de 95% da Companhia e 5% da Encalso Construções Ltda., obteve a melhor classificação dentre as propostas de menor tarifa de pedágio apresentadas no processo licitatório de concessão onerosa do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste. O leilão foi promovido pela ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

  Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2008, foi alterado o Estatuto Social da controlada, modificando sua razão social de Aldanati Participações S.A.

para Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel) e foi aprovado aumento de capital de R$ 1 para R$ 46.518, com a emissão de 46.517.000 ações, sendo 23.258.500 ações ordinárias e 23.258.500 ações preferenciais. Estas ações foram subscritas na proporção de 95% pela Companhia e de 5% pela Encalso Construções Ltda., sendo que a participação da Actua Assessoria Ltda. foi cedida para a Encalso Construções Ltda.

Em 07 de maio de 2008, o Conselho Diretor da ARTESP homologou a decisão da Comissão de Processamento e Julgamento das Propostas, declarando vencedora a proposta comercial apresentada pelo Consórcio Integração Oeste.

Em 01 de junho de 2008, a Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. iniciou o Contrato de Concessão para a exploração, mediante concessão onerosa, do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste, interligação entre os corredores de acessos à metrópole de São Paulo (SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116), totalizando 32 km, pelo prazo de 30 anos.

A concessionária será responsável pela execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho Oeste do Rodoanel.

A concessionária está em fase pré-operacional, com previsão de início das operações em dezembro de 2008.

As concessões em atividade consistem na exploração de rodovias e ponte mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias e a ponte. Como parte das concessões, o Poder Concedente transferiu às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

No final dos contratos de concessão das rodovias e ponte, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados, e cuja implantação tenha sido autorizada pelo Poder Concedente.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas. As fórmulas de reajuste das tarifas básicas são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

A Companhia detém participação minoritária (10%) do capital da empresa Northwest Parkway LLC, a qual detém o contrato de concessão para operação e manutenção da Northwest Parkway Public Highway, situada na cidade de Denver, no estado do Colorado, Estados Unidos da América. A rodovia tem extensão aproximada de 18 km, sendo 14 km em operação

e 4 km a serem construídos para integrar o anel viário da cidade de Denver. O prazo desta concessão é de 99 anos e as operações foram assumidas em novembro de 2007. O acionista controlador é a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A., com 90% de participação no capital social.

Além das concessões rodoviárias, a Companhia detém o controle da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), a qual, em 29 de novembro de 2006, firmou o contrato de concessão com a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo. O objetivo exclusivo da concessão é a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. A ViaQuatro encontra-se em fase pré-operacional, com previsão de início das operações no primeiro semestre de 2010.

Além das concessões a Companhia possui participação nas seguintes empresas:

- As controladas Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda., Engelog Centro de Engenharia Ltda. e Parques Serviços Ltda. têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas pela Companhia.
- A controlada em conjunto Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., através das controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda. têm por objetivo a operação de serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos. Atualmente presta serviços nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.
- Em 6 de junho de 2006, foi constituída a Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V., cujo objetivo principal é explorar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infra-estrutura de trens subterrâneos (metrô).
- Em 21 de junho de 2007, foi constituída a CCR – USA, LLC, cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos da América. No momento, a CCR – USA, LLC detém investimento na Northwest Parkway LLC.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

b. Demonstração dos fluxos de caixa

Essa demonstração foi preparada de acordo com o pronunciamento técnico CPC nº. 3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº. 547/08 (nota explicativa nº. 28).

c. Reclassificações

As reclassificações abaixo foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações.

- **Demonstração de resultado no período de nove meses**

Controladora

A amortização do ágio no valor de R$ 5.784 na rubrica de "Depreciação e Amortização", incluída no grupo "Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos", foi reclassificada para "Outras Despesas Operacionais", no grupo de "Despesas/Receitas Operacionais".

Consolidado

A amortização do ágio da controlada ViaOeste no valor de R$ 10.411, na rubrica de "Gerais e Administrativas" foi reclassificada para "outras despesas operacionais" no mesmo grupo, totalizando R$ 16.195.

- **Demonstração dos fluxos de caixa no período**

Controladora

A amortização do ágio sobre aquisição de quinhão consorcial no valor de R$ 2.762 no período de nove meses e R$ 921 no 3º trimestre, na rubrica de "Depreciação e amortização" foi reclassificada para "Amortização do ágio".

Consolidado

A amortização do ágio da controlada ViaOeste no valor de R$ 10.411 no período de nove meses e R$ 3.470 no 3º trimestre, na rubrica de "Depreciação e amortização" foi reclassificada para "Amortização do ágio", totalizando R$ 13.173 no período de nove meses e R$ 4.391 no 3º trimestre.

Os valores referentes aos gastos de implantação de ERP, no montante de R$ 2.569 no período de nove meses e R$ 1.170 no 3º trimestre, na rubrica "Constituição do Ativo Diferido" foram reclassificados para "Aquisição de ativo imobilizado e intangível".

2.1 Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n°. 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. O objetivo da nova lei foi o de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), permitindo que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM - com base nas IFRS.

Com base na Instrução CVM nº. 469, emitida em 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia e de suas controladas destacam os seguintes assuntos que, na sua avaliação, deverão afetar a elaboração das demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valor de mercado. Os efeitos da valorização a mercado não deverão afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, cujos valores de mercado estão apresentados na nota explicativa nº. 24.d.

(b) Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Não foram identificadas operações que possam ser impactadas por esse conceito.

(c) Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia e controlada os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: "leasing" financeiro). A Companhia não mantém operações relevantes que configurem arrendamento capitalizável.

(d) Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa e inclusão da demonstração do valor adicionado. A demonstração dos fluxos de caixa já é apresentada nas demonstrações financeiras trimestrais e, juntamente com a demonstração do valor adicionado, será apresentada nas demonstrações financeiras anuais.

(e) Criação da conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, para registro dos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência e da avaliação a preços de mercado. O efeito esperado encontra-se explicado no item (a) relativo à valorização dos derivativos.

A presente avaliação da Administração das modificações trazidas pela nova lei, está fundamentada na normatização emitida até o momento e poderá ser alterada em função de normatizações futuras a serem emitidas pelos órgãos reguladores.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e da ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem o valor residual do ativo imobilizado, intangível e do diferido, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, provisão para perdas com investimentos, imposto de renda diferido e valoração de instrumentos

derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam, pelo menos trimestralmente, as estimativas e premissas.

c. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários, denominados em moedas estrangeiras, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

As demonstrações financeiras das subsidiárias localizadas no exterior, para efeito de equivalência patrimonial e consolidação, foram convertidas da moeda local para reais pela taxa de câmbio na data do fechamento. As diferenças de conversão de moeda foram reconhecidas no patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial.

d. Ativos circulante e não circulante

- **Aplicações financeiras**

  As aplicações financeiras são demonstradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Provisão para devedores duvidosos**

  A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

- **Investimentos**

  Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

  Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

  As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota explicativa nº. 13.

- **Imobilizado**

  O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos, quando incorridos, são debitados no resultado. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação é computada pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 14.

- **Intangível**

  Os direitos de uso e gastos de implantação de software são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

  Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em controladas, com base na expectativa de rentabilidade futura, são amortizados linearmente.

  As taxas de amortização do intangível estão divulgadas na nota explicativa nº. 15.

- **Diferido**

  O ativo diferido é registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano, relativo aos gastos que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

  As informações sobre o diferido estão divulgadas na nota explicativa nº. 16.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

  São apresentados pelo valor líquido de realização.

e. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

- **Provisões**

  Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- **Imposto de renda e contribuição social**

  Para as empresas que operam no regime fiscal de lucro real, o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 ao ano, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

  Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta, acrescida das receitas financeiras.

  Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371/02 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados

em estudo técnico de viabilidade.

- **Demais passivos circulantes e não circulantes**

  São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

- **Direito de concessão**

  A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo o passivo relativo às obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao Poder Concedente. As divulgações requeridas pelo Comunicado Técnico nº. 03/03 do IBRACON, referendado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº. 01/2007, encontram-se descritas na nota explicativa nº. 21.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	30/09/08	30/06/08
• **Controladas**		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhangüera – Bandeirantes S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00	100,00
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Escafandro Participações S.A. (*)	99,00	99,00
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90	99,90
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	99,90	99,90
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00	100,00
CCR – USA, LLC	100,00	100,00
• **Controle compartilhado**		
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

(*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

b. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;

c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d. As participações dos minoritários da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., e da Parques Serviços Ltda., no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica "Participação de acionistas não controladores";

e. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras das controladas no exterior CCR México e CCR – USA, LLC, foram convertidas pela taxa de câmbio na data do fechamento de cada mês;

f. A prática contábil adotada pela Companhia é de não reconhecer no ativo permanente e no passivo o direito de outorga, como explicado na nota explicativa 3.e- Direito da concessão. Por esse motivo, as demonstrações contábeis da Renovias, para fins de consolidação, foram ajustadas para considerar esta prática contábil;

g. A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro) e a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), ambas com controle compartilhado, foram consolidadas proporcionalmente ao percentual de participação. Cada rubrica das demonstrações financeiras foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Conseqüentemente, não há destaque das participações de minoritários.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado dessas controladas em conjunto, bem como o percentual de participação em cada uma delas, estão a seguir demonstrados:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/09/08				30/06/08			
	STP		ViaQuatro		STP		ViaQuatro	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	38,25%	100%	58%
Ativo circulante	298.321	114.108	2.665	1.545	244.345	93.462	3.664	2.125
Ativo não circulante	39.891	15.258	106.091	61.533	34.546	13.214	49.110	28.484
Realizável a longo prazo	1	-	-	-	1	-	-	-
Ativo permanente	39.890	15.258	106.091	61.533	34.545	13.214	49.110	28.484
Total do ativo	338.212	129.366	108.756	63.078	278.891	106.676	52.774	30.609
Passivo circulante	283.927	108.602	62.721	36.378	230.253	88.072	6.739	3.909
Passivo não circulante	748	286	-	-	726	278	-	-
Patrimônio líquido	53.537	20.478	46.035	26.700	47.912	18.326	46.035	26.700
Total do passivo	338.212	129.366	108.756	63.078	278.891	106.676	52.774	30.609

	30/09/08				30/09/07			
	STP		ViaQuatro		STP		ViaQuatro	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	38,25%	100%	70,53%
Receita operacional líquida	87.383	33.424	-	-	62.403	23.869	-	-
Custos dos serviços prestados	(25.430)	(9.727)	-	-	(16.692)	(6.385)	-	-
Lucro bruto	61.953	23.697	-	-	45.711	17.484	-	-
Despesas operacionais	(26.269)	(10.048)	-	-	(29.752)	(11.380)	-	-
Resultado operacional	35.684	13.649	-	-	15.959	6.104	-	-
Receitas financeiras líquidas	3.621	1.385	-	-	1.990	761	-	-
Resultado não operacional	130	50	-	-	(430)	(164)	-	-
Resultado antes do IR e CS	39.435	15.084	-	-	17.519	6.701	-	-
IR e CS corrente e diferido	(13.582)	(5.195)	-	-	(5.957)	(2.279)	-	-
Lucro líquido do período	25.853	9.888	-	-	11.562	4.421	-	-

5 Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08
Caixa e bancos	180	171	13.388	28.394
Aplicações financeiras	200.758	141.875	548.105	470.036
	200.938	142.046	561.493	498.430

As aplicações financeiras referem-se aos fundos de investimentos de renda fixa, remunerados à taxa de 100% do CDI, equivalente a 11,97% ao ano (11,35% ao ano em 30 de junho de 2008).

6 Aplicações financeiras vinculadas conta reserva – (consolidado)

O saldo em 30 de setembro de 2008 refere-se, basicamente, às aplicações efetuadas pelas controladas NovaDutra e AutoBAn para garantia dos empréstimos contratados junto ao BNDES e será liberado quando do pagamento das parcelas ou substituição da garantia (vide nota explicativa nº. 17).

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08
Circulante				
Pedágio eletrônico – STP (a)	-	-	102.468	85.120
Pedágio eletrônico – outros (b)	-	-	8.640	8.332
Receitas acessórias (c)	-	-	6.075	5.949
Outros	82	82	819	796
	82	82	118.002	100.197
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	(12.578)	(11.649)
	82	82	105.424	88.548
Não circulante				
Poder Concedente - ViaOeste (e)	-	-	24.292	24.292
Receitas acessórias (c)	-	-	2.118	2.118
	-	-	26.410	26.410
Provisão para devedores duvidosos -ViaOeste (e)	-	-	(24.292)	(24.292)
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	(2.118)	(2.118)
	-	-	(26.410)	(26.410)
	-	-	-	-

(a) Referem-se aos créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários (principalmente taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico) e aos valores consolidados proporcionalmente da tarifa de pedágio e estacionamento da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.

(b) Referem-se aos créditos a receber decorrentes, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale pedágio.

(c) Referem-se aos créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão.

(d) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos a mais de 90 dias.

(e) Refere-se ao saldo a receber do Poder Concedente originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da

diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas.

Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa provavelmente será favorável à controlada. Mesmo com base neste entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08
Circulante				
Antecipações de imposto de renda e contribuição social (do ano)	-	-	161.609	94.614
Imposto de renda retido na fonte	7.396	5.948	14.941	10.682
COFINS retida	7.646	7.397	8.288	7.824
ISS a recuperar de pedágio	-	-	5.308	4.642
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (anos anteriores)	750	750	3.231	3.231
PIS retido	1.659	1.605	1.941	1.879
CSLL retida	1.463	1.296	1.623	1.594
Outros	6	6	410	332
	18.920	17.002	197.351	124.798
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (anos anteriores)	45.558	44.964	45.558	44.962

9 Imposto de renda e contribuição social

Os créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, de bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, os quais não possuem prazo de prescrição para sua recuperação, foram registrados e atendem às disposições da Deliberação CVM n°. 273/98 e da Instrução CVM n°. 371/02. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, considerando a expectativa de realização, determinada com base nas projeções de rentabilidade futura das concessionárias e no limite de 30% para compensação anual dos lucros tributáveis.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social no resultado estão conciliados com as respectivas alíquotas, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	30/09/08		30/09/07		30/09/08		30/09/07	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real anual								
Lucro antes da tributação/participação	524.799	524.799	447.873	447.873	818.064	818.064	676.430	676.430
Lucro das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	-	(20.715)	(20.715)	(43.024)	(43.024)
Participação dos minoritários	-	-	-	-	(7.451)	(7.451)	(6.922)	(6.922)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	524.799	524.799	447.873	447.873	789.898	789.898	626.484	626.484
Ajuste referente ao método de equivalência patrimonial (MEP)	(553.673)	(553.673)	(471.922)	(471.922)	-	-	-	-
Lucro / (prejuízo) antes do IRPJ, CSLL e MEP	(28.874)	(28.874)	(24.049)	(24.049)	789.898	789.898	626.484	626.484
Ajustes para o cálculo dos impostos								
Adições	14.933	14.933	4.728	4.728	56.746	56.746	15.677	15.685
Exclusões	(9.352)	(9.352)	-	-	(50.432)	(50.432)	(5.130)	(5.130)
Base de cálculo dos impostos	(23.293)	(23.293)	(19.321)	(19.321)	796.212	796.212	637.031	637.039
Compensação de prejuízos acumulados e base negativa	-	-	-	-	(27.274)	(27.274)	(21.983)	(21.983)
Lucro real / (prejuízo) a compensar	(23.293)	(23.293)	(19.321)	(19.321)	768.938	768.938	615.048	615.056
Impostos correntes	-	-	216	85	198.627	72.531	154.209	56.133
Regime fiscal de lucro presumido								
Receita bruta	-	-	-	-	53.183	53.183	106.509	106.509
Receita financeira	-	-	-	-	277	277	534	534
Base de cálculo (32% da receita bruta + receita financeira)	-	-	-	-	17.296	17.296	34.617	34.617
Impostos correntes	-	-	-	-	4.280	1.556	8.662	3.141
Total de impostos correntes	-	-	216	85	202.907	74.087	162.871	59.274
Diferenças temporárias	-	-	-	-	7.373	7.373	110	70
Compensação de prejuízos acumulados e base negativa	-	-	-	-	27.274	27.274	21.983	21.983
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	-	(10.712)	(10.712)	(19.275)	(15.335)
Base de cálculo de impostos diferidos	-	-	-	-	23.935	23.935	2.598	6.578
Impostos diferidos	-	-	-	-	6.485	2.335	(413)	204
Total de impostos correntes e diferidos	-	-	216	85	209.392	76.422	162.458	59.478
Alíquota efetiva	-	-	-	-	26%	9%	24%	9%

O imposto de renda e a contribuição social das controladas Actua Serviços Compartilhados Ltda. e Actua Assessoria Ltda. foram calculados pelo critério do lucro presumido.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo e passivo

	Consolidado	
	30/09/08	**30/06/08**
Ativos fiscais diferidos decorrentes de:		
Prejuízos fiscais e base negativa	33.467	35.787
Diferenças temporárias	23.198	26.622
Ativos fiscais não constituídos em função da Instrução CVM nº. 371/02	(17.278)	(17.278)
Ativos fiscais diferidos líquidos da parcela não constituída	39.387	45.131
Circulante	21.116	22.483
Não circulante	18.271	22.648

O imposto de renda e contribuição social diferidos por Companhia estão representados por:

	30/09/08	**30/06/08**
Ativo		
RodoNorte (1)	9.407	12.353
ViaLagos (1)	8.668	11.234
ViaOeste (2)	9.256	9.043
AutoBAn (2)	7.056	5.856
Ponte (2)	104	3.415
NovaDutra (2)	1.770	1.523
EngeLog(2)	1.224	716
STP (2)	768	585
Parques (2)	390	389
Escafandro (2)	725	-
CCR México (2)	19	17
	39.387	45.131
Passivo		
Escafandro (4)	20.237	17.830
Ponte (5)	2.539	-
RodoNorte (3)	932	1.365
	23.708	19.195

Para constituição do crédito tributário, foi considerado o seguinte:

(1) De acordo com a Instrução CVM nº. 371/02 as controladas RodoNorte e ViaLagos registraram ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e

base negativa da contribuição social, suportada por plano de negócio aprovado pelos órgãos da Administração.

(2) Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias.

(3) A Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., - optou por utilizar o facultado pela legislação fiscal no que tange ao diferimento da variação cambial, que permite que a apuração e recolhimento dos tributos de natureza federal sejam considerados somente no momento de sua realização. Os valores registrados contabilmente, pelo regime de competência, são adicionados ou excluídos para fins fiscais quando da apuração e pagamento dos tributos.

(4) O imposto de renda e contribuição social diferidos decorrem dos ajustes de prática contábil, conforme nota explicativa nº. 4.f.

(5) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença temporária de receita de operações de hedge.

c. Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Expectativa de realização:

2008	4.604
2009	18.084
2010	12.953
2011	1.848
Após 2011	1.898
Total	39.387

As declarações relativas às perspectivas dos negócios, às projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Companhia e suas controladas constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas. Essas expectativas estão sujeitas às alterações decorrentes do mercado, do desempenho econômico do Brasil, de índices econômico-financeiros, da indústria e dos mercados internacionais, sendo, portanto, passíveis de mudança.

d. Passivo não circulante consolidado

A partir de 1º de julho de 2006, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Correntes das controladas AutoBan e ViaOeste são pagos considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e às respectivas variações monetárias, decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. Desde a implantação desse procedimento, as diferenças temporárias de impostos, geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal), são registradas no passivo não circulante.

	30/09/08	30/06/08
AutoBAn	249.770	230.223
ViaOeste	42.007	39.810
	291.777	270.033

10 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Consolidado	
	30/09/08	30/06/08
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	26.330	18.368
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	629.701	406.034
Despesa antecipada de outorga fixa – extensão do prazo da concessão (2)	165.580	139.119

(1) Outorga da concessão

(1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada AutoBAn efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos subrogados e obrigações relacionadas à outorga, sendo esses valores registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão.

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos e 8 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, ou seja, até 31 de dezembro de 2026.

(1.2) A controlada ViaOeste efetuou pagamentos antecipados adicionais de outorga relativos ao período de março a outubro de 1998, previstos no contrato de concessão (outorga prefixada) registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão.

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 24 anos e 9 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, ou seja, até 31 de dezembro de 2022.

(1.3) A controlada ViaLagos efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão.

(1.4) A controlada RodoAnel efetuou, nos meses de maio à setembro de 2008, pagamentos relativos à outorga. Esses pagamentos foram registrados no ativo, na

rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão, os quais serão apropriados ao resultado pelo prazo remanescente da concessão.

(2) A mudança do prazo de concessão, mencionada no contexto operacional, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº. 21. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste, AutoBAn e Renovias passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, para que dessa forma o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão, da seguinte forma:

- de abril de 2018 até dezembro de 2022 – ViaOeste;
- de maio de 2018 até dezembro de 2026 – AutoBAn;
- de abril de 2018 até maio de 2022 – Renovias.

O valor reduzido do custo referente ao pagamento de outorga fixa e reconhecido como despesa paga antecipadamente no período findo em 30 de setembro de 2008, R$ 20.283 na ViaOeste, R$ 141.829 na AutoBAn e R$ 3.468 na Renovias.

11 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08
Circulante				
Adiantamentos a terceiros	1.500	793	7.904	9.510
Adiantamentos de pessoal	319	195	1.674	1.318
Outros	501	501	1.306	1.163
	2.320	1.489	10.884	11.991
Não circulante				
Outros	-	-	18	22

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, acionistas controladores e demais empresas pertencentes ao grupo, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Controladora

	Transações		Saldos			
			Ativo		Passivo	
	Despesas	Receitas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas						
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	-	-	4.259	-	-	-
Actua Assessoria Ltda. (a)	894	-	-	-	-	-
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	-	1.488	4.711	-	-	-
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	-	1.220	120	-	-	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (c)	-	-	-	1.724	-	-
Benito Roggio Transporte Ltda.	-	-	-	531	-	-
RATP Developpment S.A.	-	-	-	530	-	-
Parques Serviços Ltda.	-	-	-	-	2.292	-
Engelog Centro de Engenharia Ltda. (b)	1.605	-	-	-	168	-
Consórcio Operador Parques (d)	-	46.301	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (a)	664	-	-	-	-	-
Controladoras						
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	-	-	-	-	12	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	-	-	-	-	-	720
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng.	-	-	-	-	-	476
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	2	-	-	-
Total, 30 de setembro de 2008	3.163	49.009	9.094	2.785	2.472	1.916
Total, 30 de junho de 2008	2.109	32.682	6.661	2.746	2.080	1.916
Total, 30 de setembro de 2007	2.829	46.452				

(a) Prestadores exclusivos de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR.

(b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimento, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR.

(c) O valor de R$ 1.724 refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital, efetuado em 8 de junho de 2005.

(d) Serviços de operação e manutenção exclusivos para a RodoNorte.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consolidado

As controladas contratam, diretamente ou através de consórcios, serviços dos acionistas da Companhia ou de outras controladas ou afiliadas desses acionistas. As transações e os saldos são compostos por:

	Transações			Saldos			
				Ativo		Passivo	
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	78.448	-	53	-
Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda.(a)	-	-	-	1.542	-	84	-
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	139.605	-	-	129	-	15.823	-
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	5	-	-	-
Consórcio Vila Velha	-	5.782	-	28	-	993	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	11	-	-	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	-	-	-	5	-	-	-
Benito Roggio Transporte Ltda.	-	-	-	-	531	-	-
RATP Developpment S.A.	-	-	-	-	530	-	-
Consórcio Construtor Anhanguera (e)	-	53.650	-	-	-	8.502	-
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	5.594	-	-	-	12.662	476
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	-	-	-	-	-	1.291	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.145	-
Consórcio Operador Parques (d)	7.589	-	-	403	-	662	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	161	-	-	-	3	720
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	97	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	97	-
Engelog – Centro de Engenharia Ltda.	-	-	4.494	740	-	5	-
Camargo Corrêa Transportes S.A	-	-	-	-	-	12	720
Actua Assessoria Ltda.	-	-	1.100	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	955	-	-	-	-
Total, 30 de setembro de 2008	147.194	65.187	6.549	81.311	1.061	41.429	1.916
Total, 30 de junho de 2008	96.272	32.386	1.794	67.131	1.022	33.350	1.916
Total, 30 de setembro de 2007	149.453	4.923	3.460				

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Refere-se aos valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio automático, os quais serão repassados para as controladas no período subseqüente.

(b) O custo de serviços prestados, no montante de R$ 139.605, refere-se ao custo de operação e manutenção da controlada NovaDutra.

(c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.

(d) O custo de serviços prestados, no montante de R$ 7.589, refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada RodoNorte.

(e) Ativo imobilizado - Obras referentes ao Complexo Anhangüera na Marginal Tietê, conforme contrato de prestação de serviços firmado em 22 de fevereiro de 2008.

13 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08
Participações avaliadas pela equivalência patrimonial	1.675.140	1.633.274	-	-
Participações avaliadas pelo custo (1)	-	-	51.865	43.130
	1.675.140	1.633.274	51.865	43.130

(1) O saldo de investimento refere-se à participação de 10% da CCR-USA, LLC na Northwest Parkway LLC, realizado em 2007 conforme comentado na nota explicativa nº. 1.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As informações sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

	Capital social	Lucro (prejuízo) do período	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Saldo dos investimentos		Resultado da equivalência patrimonial	
					30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/09/07
Concessionária do Sistema Anhangüera – Bandeirantes S.A.	176.162	247.515	416.070	100,00%	416.070	313.725	247.515	205.280
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	208.601	149.043	507.028	100,00%	507.028	497.377	149.043	108.922
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	139.763	59.122	230.879	100,00%	230.879	296.600	59.122	61.866
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	107.480	52.668	189.589	85,92%	162.895	147.187	45.252	41.912
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	24.502	15.906	30.281	100,00%	30.281	37.117	15.906	15.092
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	11.292	12.811	14.206	100,00%	14.206	23.159	12.811	5.783
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	16.358	25.853	53.537	38,25%	20.478	18.326	9.888	4.421
Actua Assessoria Ltda. (b)	10	7.596	10.003	99,90%	9.993	9.399	7.588	8.639
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (b)	10	7.191	14	99,90%	14	(15)	7.184	8.623
Escafandro Participações S.A.	270.081	2.739	272.820	99,00%	270.092	269.400	2.712	-
Engelog Centro de Engenharia Ltda. (b)	10	1.228	(14.092)	99,90%	(14.078)	(8.760)	1.227	13.392
Parques Serviços Ltda.	10	252	750	85,92%	644	579	217	139
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (a)	46.035	-	46.035	58,00%	26.700	26.700	-	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (a)	8.000	-	8.000	95,00%	7.600	7.600	-	-
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (c)	811	(1.724)	(4.004)	100,00%	(4.004)	(3.013)	(1.724)	(2.147)
CCR – USA, LLC.(c)	375	(3.068)	(3.658)	100,00%	(3.658)	(2.107)	(3.068)	-
					1.675.140	1.633.274	553.673	471.922

(a) Em fase pré-operacional.

(b) A diferença no cálculo e o investimento negativo decorrem da eliminação de lucros não realizados, provenientes dos serviços de engenharia e serviços compartilhados prestados às concessionárias do Grupo CCR, que compõe o ativo permanente das mesmas.

(c) A equivalência patrimonial não contempla a variação cambial decorrente do investimento no exterior.

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998 o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinqüenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, que foi homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu da homologação em 18 de maio de 2000 visando: (a) a anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) a redução da tarifa em 50%. A apelação foi julgada procedente pelo TRF em 15 de outubro de 2002, mas o julgamento foi anulado pelo STJ em 04 de fevereiro de 2005, por impedimento de um dos julgadores. O processo foi julgado pelo Tribunal Regional Federal, em 16 de outubro de 2007, com resultado unânime e favorável à Concessionária. Oposto recurso pelo Ministério Público, a decisão se manteve, transitando em julgado, sem resolução de mérito.

As tarifas de pedágio estão sendo cobradas com base no acordo anteriormente homologado.

ii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003 foi publicada a Lei 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003 contra a União, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada provisoriamente até julgamento de todos os recursos interpostos.

iii. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004 o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da controlada. Em razão disso, os acionistas e a controlada ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004 contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto 2.462/04.

iv. Reajustes tarifários de 2003 a 2007

Desde o ano de 2003 a controlada vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares, que aguardam julgamento.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

v. Ação Civil Pública – pavimento

O Ministério Público de Ponta Grossa ajuizou Ação Civil Pública, em 27 de janeiro de 2006, contra a controlada, por supostas irregularidades de pavimento no trecho entre os Km 288 e 476, da BR-376, que desatenderiam ao índice de IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada contestou a ação, demonstrando o cumprimento do cronograma de restauração do pavimento. Concedida a liminar requerida pelo MP, a controlada iniciou a realização antecipada, no trecho questionado, de obras previstas no contrato de concessão, enquanto pendente o recurso contra essa decisão. Em audiência de 06 de maio de 2008 as partes pactuaram a suspensão da eventual incidência de multa, mediante novo cronograma de obras.

vi. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R$16.000. A controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004 o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão. A controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005 foi deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas.

vii. Lei de Isenção

Em 15 de agosto de 2007 foi editada a Lei Estadual nº. 15.607, regulamentada pelo Decreto nº. 1.352, de 21 de agosto de 2007, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio a todos os veículos pertencentes aos moradores de municípios onde estejam localizadas praças de pedágio no Estado do Paraná.

As Concessionárias do Estado impetraram Mandado de Segurança conjunto, tendo sido concedida liminar em 31 de agosto de 2007, para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da decisão de concessão de liminar, mas não obteve êxito.

viii. Lei de Isenção - motocicletas

Em 10 de dezembro de 2007 foi editada a Lei Estadual nº. 15.722, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná às motocicletas e veículos similares.

A controlada impetrou Mandado de Segurança, tendo sido concedida liminar em 27 de dezembro de 2007 para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da decisão de concessão de liminar, mas não obteve êxito.

Os acionistas controladores e a administração da controlada reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da referida controlada e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho desfavorável para nenhum deles.

Os ativos e as receitas líquidas da controlada representam 6,7% e 10,9%, respectivamente, dos valores consolidados.

14 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora			
		30/09/08			30/06/08
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	906	535	371	393
Máquinas e equipamentos	14	1.575	969	606	626
Instalações e edificações	6	561	486	75	96
Imobilizações em andamento	-	38	-	38	-
		3.080	1.990	1.090	1.115

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado			
		30/09/08			30/06/08
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	13.385	6.709	6.676	6.482
Máquinas e equipamentos	15	79.832	42.757	37.075	34.639
Veículos	19	37.854	22.834	15.020	15.757
Desapropriações	5	203.479	61.885	141.594	143.070
Instalações e edificações	5	212.293	89.794	122.499	121.430
Dispositivos de proteção e segurança	5	196.355	97.358	98.997	99.581
Pavimentos	12	1.613.978	972.157	641.821	643.581
Projetos e investimentos ambientais	5	151.395	55.788	95.607	95.816
Obras de arte especiais	5	574.836	172.250	402.586	396.167
Obras de arte correntes	5	332.400	143.783	188.617	189.066
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	30.474	15.256	15.218	15.476
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	6	46.446	14.900	31.546	35.133
Sinalizações	17	153.201	125.068	28.133	29.570
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	414.036	142.147	271.889	269.512
Obras preliminares e complementares	6	182.222	75.733	106.489	108.869
Sistemas operacionais	8	287.250	161.880	125.370	127.833
Imobilizado de Rodovias - Renovias	8	159.336	53.657	105.679	103.683
Imobilizações em andamento	-	448.977	-	448.977	325.163
Adiantamento para imobilizado	-	38.425	-	38.425	12.870
		5.176.174	2.253.956	2.922.218	2.773.698

Em 30 de setembro de 2008, o saldo do custo dos bens totalmente depreciados (consolidado) em operação é de R$ 626.849 (R$ 599.202 em 30 de junho de 2008).

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do custo – consolidado

	30/06/08	30/09/08				
	Custo	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros	Custo
Móveis e utensílios	12.995	322	(133)	-	201	13.385
Máquinas e equipamentos	75.501	904	(380)	-	3.807	79.832
Veículos	37.311	-	(177)	-	720	37.854
Desapropriações	202.525	36	(71)	-	989	203.479
Instalações e edificações	208.670	19	-	-	3.604	212.293
Dispositivos de proteção e segurança	194.955	-	-	-	1.400	196.355
Pavimentos	1.578.736	1	-	-	35.241	1.613.978
Projetos e investimentos ambientais	149.706	153	-	-	1.536	151.395
Obras de arte especiais	561.228	-	-	-	13.608	574.836
Obras de arte correntes	328.587	20	-	-	3.793	332.400
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	30.474	-	-	-	-	30.474
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	49.391	-	-	(4.263)	1.318	46.446
Sinalizações	152.349	-	-	-	852	153.201
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	406.695	-	-	-	7.341	414.036
Obras preliminares e complementares	182.113	-	-	-	109	182.222
Sistemas operacionais	286.199	2.984	(2.753)	-	820	287.250
Imobilizado de Rodovias - Renovias	154.782	4.554	-	-	-	159.336
Imobilizações em andamento	325.163	199.174	(21)	-	(75.339)	448.977
Adiantamento para imobilizado	12.870	25.555	-	-	-	38.425
	4.950.250	233.722	(3.535)	(4.263)	-	5.176.174

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da depreciação – consolidado

	30/06/08			30/09/08		
	Depreciação	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros	Depreciação
Móveis e utensílios	6.513	294	(98)	-	-	6.709
Máquinas e equipamentos	40.862	2.192	(297)	-	-	42.757
Veículos	21.554	1.445	(165)	-	-	22.834
Desapropriações	59.455	2.435	(5)	-	-	61.885
Instalações e edificações	87.240	2.554	-	-	-	89.794
Dispositivos de proteção e segurança	95.374	1.984	-	-	-	97.358
Pavimentos	935.155	37.002	-	-	-	972.157
Projetos e investimentos ambientais	53.890	1.898	-	-	-	55.788
Obras de arte especiais	165.061	7.189	-	-	-	172.250
Obras de arte correntes	139.521	4.262	-	-	-	143.783
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	14.998	258	-	-	-	15.256
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	14.258	935	-	(293)	-	14.900
Sinalizações	122.779	2.289	-	-	-	125.068
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	137.183	4.964	-	-	-	142.147
Obras preliminares e complementares	73.244	2.489	-	-	-	75.733
Sistemas operacionais	158.366	5.228	(1.714)	-	-	161.880
Imobilizado de Rodovias - Renovias	51.099	2.558	-	-	-	53.657
	2.176.552	79.976	(2.279)	(293)	-	2.253.956

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

15 Intangível

	Taxa anual de amortização %	Controladora				Consolidado			
		30/09/08			30/06/08	30/09/08			30/06/08
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso	20	458	(317)	141	159	25.039	(13.423)	11.616	12.361
Ágio - ViaOeste (a)	5,7	-	-	-	-	251.709	(53.933)	197.776	201.255
Ágio - STP (b)	10	9.911	(5.317)	4.594	4.840	9.911	(5.317)	4.594	4.840
Ágio - Parques e Rodonorte (c)	20	15.308	(7.654)	7.654	8.419	15.308	(7.654)	7.654	8.419
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	20	-	-	-	-	2.970	(2.970)	-	149
Ágio - Escafandro (e)	7,19	-	-	-	-	209.209	(4.981)	204.228	209.060
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	16.569	(9.512)	7.057	7.977	16.569	(9.512)	7.057	7.977
Gastos de implantação do SAP	20	-	-	-	-	10.525	(2.118)	8.407	8.450
		42.246	(22.800)	19.446	21.395	541.240	(99.908)	441.332	452.511

a. Ágio -ViaOeste

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

b. Ágio - STP

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago as outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado à razão de 10% a.a.

c. Ágio - Parques e RodoNorte

Refere-se ao aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado à razão de 20% a.a.

d. Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., - controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A., amortizado linearmente à razão de 20% a.a.

e. Ágio - Escafandro

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% da Renovias Concessionária S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

f. Ágio - Aquisição de quinhão consorcial

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques, amortizado linearmente pelo prazo de vigência do Consórcio.

16 Diferido

	Taxa anual de amortização %	Consolidado				
		30/09/08				30/06/08
		Custo	Amortização acumulada	Eliminação lucros não realizados (1)	Líquido	Líquido
Despesas pré-operacionais	20	155.788	(91.734)	(501)	63.553	22.852

No consolidado, o ativo diferido é composto de despesas pré-operacionais incorridas no início dos contratos de concessão do RodoAnel e da ViaQuatro.

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços das controladas Actua Assessoria Ltda. e Actua Serviços Compartilhados Ltda. para a controlada Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro).

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores devidos estão assim compostos:

				Controladora		Consolidado	
Item	**Instituições financeiras**	**Encargos**	**Pagamentos até**	**30/09/08**	**30/06/08**	**30/09/08**	**30/06/08**
1	**Empréstimos e Financiamentos**						
	Em moeda nacional						
1.1	Bco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	45.874	49.270
1.1	Unibanco - União de Bancos Bras. S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	27.524	29.562
1.1	Banco Bradesco S.A. – BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	18.350	19.708
1.1	Banco ABN Amro Real S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro de 2012	-	-	9.174	9.854
1.2	Bco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,5% a.a.	Fevereiro de 2009	-	-	5.350	8.552
1.3	Bco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	Novembro de 2010	-	-	57.106	63.638
1.7	Unibanco, Bradesco e Ford Credit	TJLP + 3% a.a.	Julho de 2012	-	-	4.885	5.193
1.8	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 4,3% a.a.	Abril de 2011	-	-	1.899	2.066
1.10	Banco UBS Pactual S.A.	CDI + 1,25% a.a.	Novembro de 2008	-	-	638.252	321.455
1.10	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 1,25% a.a.	Novembro de 2008	-	-	34.070	32.905
1.11	Bco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,72% a.a. e 5% a.a.	Dezembro de 2011	-	-	24.112	26.615
1.11	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 0,275% a.m.	Junho de 2011	-	-	8.088	8.478
1.11	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 5,3% a.a. e 5,5% a.a.	Julho de 2009	-	-	37	57
	Subtotal moeda nacional			-	-	874.721	577.353
	Em moeda estrangeira						
1.3	Bco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	Cesta de moedas + 5% a. a.	Janeiro de 2011	-	-	4.564	4.149
1.4	Banco do Brasil S.A.	Iene + 5,8225% a.a. e hedge de 103,2% do CDI	Agosto de 2010	-	-	65.140	63.189
1.5	Banco ABN Amro Real S.A.	US$ + 6,13% a.a. e hedge de 109,7% do CDI	Julho de 2009	-	-	27.745	23.667
1.5	Banco ABN Amro Real S.A.	US$ + 6,13% a.a. e hedge de 109,7% do CDI	Julho de 2009	-	-	21.802	18.598
1.6	HSBC Bank Brasil S.A.	US$ + 5,05% a.a. e US$ + 5,9%a.a.	Maio de 2009	-	-	56.368	46.302
1.9	Banco Santander S.A.	MX$ + 9,67% a.a.	Dezembro de 2008	-	-	4.920	3.728
1.12	Banco ABN Amro Real S.A. e HSBC Bank Brasil S.A.	US$ + 5,4% a.a. e hedge de 75% e 78,9% do CDI	Outubro de 2008	-	-	31.928	-
	Subtotal moeda estrangeira			-	-	212.467	159.633
	Total de empréstimos e financiamentos			-	-	1.087.188	736.986
	Total circulante – empréstimos e financiamentos			-	-	838.413	482.520
	Total não circulante – empréstimos e financiamentos			-	-	248.775	254.466

				Controladora		Consolidado	
Item	**Instituições financeiras**	**Encargos**	**Pagamentos até**	**30/09/08**	**30/06/08**	**30/09/08**	**30/06/08**
2	**Debêntures**						
2.1	Debêntures	IGP-M + 11% a.a.	Maio de 2010	-	-	54.010	51.757
2.2	Debêntures	IGP-M + 9,5% a.a.	Julho de 2010	-	-	109.911	105.600
2.3	Debêntures	105% do CDI e 100% CDI +1,6% a.a.	Março de 2011	414.078	116.705	414.078	116.705
2.4	Debêntures	IGP-M + 10,65% a.a. e 103,3% do CDI	Abril de 2014	-	-	556.154	566.953
2.5	Debêntures	IGP-M + 7,6% a.a. e 104,5% do CDI	Julho de 2015	-	-	693.456	670.142
	Total de debêntures			414.078	116.705	1.827.609	1.511.157
	Total circulante - debêntures			339.078	41.705	619.113	249.998
	Total não circulante - debêntures			75.000	75.000	1.208.496	1.261.159
	Total geral			414.078	116.705	2.914.797	2.248.143

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, bem como às debêntures emitidas, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Empréstimos e Financiamentos

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior a taxa de 6 % a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1.1 AutoBAn

Em 10 de julho de 2000 a controlada firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R$ 120.000, parte desse direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco e Sudameris.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5,0% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 105 prestações mensais, entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras decorrentes delas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela controlada;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias, em 30 de setembro de 2008, é de R$ 51.200.
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;

- A controlada está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentem, cumulativamente, no mínimo os seguintes índices:
  - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
    - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
    - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
  - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

A controlada também possuía contratos de financiamento junto ao BID, IFC e BNDES, que foram liquidados antecipadamente em 11 de maio de 2006. Entretanto, mantém-se a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2010, juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações em relação à época de assinatura do contrato, a controlada entrou em processo de negociação com os financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais.

A controlada provisionou, até 30 de setembro de 2008, o montante de R$ 11.870 para o cumprimento dessa obrigação.

1.2 NovaDutra

Em 09 de agosto de 2004 a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R$ 39.377.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 42 prestações mensais, entre 15 de setembro de 2005 e 15 de fevereiro de 2009.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor de 49% do total das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada;
- Penhor de 100% das receitas auferidas pela controlada, decorrentes do contrato de concessão;

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Não-constituição de qualquer ônus sobre os bens e direitos citados nos três tópicos acima;
- Não contrair empréstimos de capital de giro ou leasing que excedam o valor principal de R$ 30.000 ou financiamentos de longo prazo acima de R$ 70.000, sem anuência dos financiadores;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor. Em 30 de setembro de 2008 o saldo da conta reserva é de R$ 5.400 e o montante das fianças bancárias é de R$ 37.700;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 10 de janeiro e 15 de fevereiro de cada ano e/ou 10 de julho e 15 de agosto de cada ano;
- Não alterar a proporção entre ações ordinárias e preferenciais do capital social;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
  - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;
  - Coeficiente de endividamento de longo prazo (dívida de longo prazo / patrimônio líquido) menor ou igual a 1,5;
  - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,0, onde:
    - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
    - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.

1.3. RodoNorte

Em 01 de novembro de 2001 a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R$ 169.301, dividido em subcrédito A e B, com valores respectivos de R$ 16.930 e R$ 152.371.

Sobre o principal da dívida no subcrédito A incide taxa de juros de 5% a.a., acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES, na captação de recursos em moeda estrangeira no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. A exigibilidade dos juros é mensal.

Sobre o principal da dívida no subcrédito B incide juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal do subcrédito A será em 84 prestações mensais, entre 15 de fevereiro de 2004 e 15 de janeiro de 2011. Para o subcrédito B, também será em 84 prestações mensais, entre 15 de dezembro de 2003 e 15 de novembro de 2010.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Caução das ações emitidas pela controlada representativa de 99,99% de seu capital social;
- Caução e cessão de 100% das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro;
- Manter em conta reserva o equivalente a 12 meses do serviço da dívida projetada ou prestar outra forma de garantia no mesmo montante. O montante de fiança bancária, em 30 de setembro de 2008, é de R$ 69.000.

1.4 ViaLagos

Em 11 de novembro de 2005 a controlada firmou contrato de empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., com encargos financeiros de 106,4% do CDI e vencimentos trimestrais, entre 11 de maio de 2006 e 11 de novembro de 2011, garantidos por fiança da controlada.

Esse contrato foi liquidado em 05 de setembro de 2007 através da contratação de novo empréstimo no valor de R$ 68.000, na mesma data, com a mesma instituição financeira, com vencimento em parcela única, em 20 de agosto de 2010.

O empréstimo de 05 de setembro de 2007 foi realizado em Ienes e possui encargos financeiros de 5,8225% a.a., tendo como referência para sua liquidação a cotação do Iene de 2 dias antes da data de seu vencimento (Iene D-2). Foi realizado hedge com taxa de 103,20% do CDI.

1.5 Ponte

Em 26 de julho de 2005 a controlada firmou um contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., no montante de US$ 13.999 mil, com encargos financeiros de 3,75% a.a., vinculado a uma operação de hedge à taxa de 104,5% do CDI, com vencimento para 16 de julho de 2007. Na data do vencimento, ocorreu à liquidação dos juros e do hedge através da contratação de um novo empréstimo e aditou-se o contrato prorrogando seu vencimento para 14 de julho de 2008, com juros de 6,3713% a.a. e nova contratação de hedge à taxa de 103,40% da variação do CDI.

Em 16 de julho de 2007 a controlada firmou um contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A. para liquidação do hedge do contrato citado acima, no montante de US$ 11.001 mil, com encargos financeiros de 6,3713% a.a., com vencimento para 14 de julho de 2008.

Em 14 de julho de 2008, esses dois empréstimos foram prorrogados para 14 de julho de 2009, com juros de 6,13% a.a. e com alteração da taxa do hedge para 109,70% da variação do CDI.

1.6 CCR-USA, LLC

Em 16 de novembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US$ 26.500 mil, com encargos financeiros de 5,05% a.a., com a finalidade de integralização de capital na concessionária Northwest Parkway, em Denver, Estados Unidos da América. O vencimento do principal e dos juros, em parcela única, será em 11 de maio de 2009.

Em 20 de dezembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US$ 1.700 mil, com encargos financeiros de 5,90% a.a., com a finalidade de complementar a integralização de capital na concessionária Northwest Parkway e reforço do capital de giro. O vencimento do principal e dos juros, em parcela única, será em 11 de maio de 2009.

Por se tratar de operações realizadas nos Estados Unidos da América não foram contratados hedges para estes empréstimos.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.7 FINAME com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP

Em 28 de junho de 2007 a controlada RodoNorte firmou 5 contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no montante total de R$ 2.432, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões, guinchos e ambulâncias. A amortização do principal se dará em 48 parcelas mensais, entre 15 de agosto de 2008 e 15 de julho de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2007 e 15 de julho de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 03 de abril de 2007 a controlada ViaOeste firmou contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no valor total de R$ 765, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões. A amortização do principal se dará em 48 parcelas mensais, entre 15 de maio de 2008 e 15 de abril de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2007 e 15 de abril de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 08 e 30 de novembro de 2006 bem como em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a controlada Nova Dutra firmou 5 contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, Ford Credit e Unibanco, no valor total de R$ 2.920, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinados à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de auto-socorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão, entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012.

1.8 FINAME com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP

Em 12 de abril de 2006 a controlada ViaOeste firmou 2 contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no valor total de R$ 1.836, com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e guinchos. A amortização do principal se dará em 54 parcelas mensais, entre 15 de novembro de 2006 e 15 de abril de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2006 e 15 de abril de 2011, e mensalmente no período de amortização.

1.9 CCR México

Em 18 de dezembro de 2007 a controlada firmou contrato de empréstimo em Pesos Mexicanos, junto ao Banco Santander, no montante de Mx$ 16.500 mil, com encargos financeiros de 9,67% a.a. O vencimento do principal e dos juros será em parcela única, em 19 de dezembro de 2008.

Por se tratar de operação realizada no México, não foram contratados hedges para este empréstimo.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.10 RodoAnel

Em 05 de maio de 2008 a controlada firmou contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de notas promissórias comerciais com os bancos ABC Brasil S.A. e UBS Pactual S.A. O valor total da oferta é de R$ 650.000, equivalente a 1.300 notas promissórias, no valor nominal de R$ 500 cada.

Estas notas promissórias se dividem em duas séries:

- Primeira Série: Composta por 65 notas promissórias, totalizando R$ 32.500, emitidas pelo banco ABC Brasil S.A.;
- Segunda Série: Composta por 1.235 notas promissórias, totalizando R$ 617.500, emitidas pelo banco UBS Pactual S.A.

  O valor nominal das notas promissórias não será atualizado. Sobre os valores das mesmas incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,25% a.a. Essa remuneração será paga integralmente na data de vencimento.

  As notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias contados da primeira data de emissão.

  Este contrato prevê as seguintes solicitações de desembolso:

- A primeira solicitação de desembolso deverá ser relativa à totalidade das notas promissórias da primeira série; e cumulativamente, a no mínimo 700 notas promissórias, correspondendo ao valor mínimo de R$ 350.000.

  Em 26 de maio de 2008, ocorreu a primeira emissão de notas promissórias pelo valor mínimo previsto.

- As demais solicitações deverão ser relativas a, no mínimo 100 notas promissórias da segunda série, correspondendo ao valor mínimo de R$ 50.000, limitado à quantidade de notas promissórias.

  Em 30 de julho de 2008, ocorreu a segunda emissão de notas promissórias, no montante de R$ 50.000.

  Em 18 de agosto de 2008, ocorreu a terceira e última emissão de notas promissórias, no montante de R$ 250.000.

Em garantia do integral e pontual pagamento de todos os valores devidos das notas promissórias, a Encalso e a CCR avalizaram as notas promissórias da primeira e segunda séries, respectivamente.

1.11 Escafandro

Em 10 de março de 1999 a Renovias firmou o contrato de abertura de crédito n° 98.2.586.3.1 no valor total de R$ 91.271, junto ao BNDES, subdividido em dois subcréditos:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A) R$ 53.305 à taxa de juros de 5% a.a., mais a TJLP com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de março de 1999 e 15 de setembro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de outubro de 2002.

B) R$ 37.966 à taxa de juros de 5% a.a., mais a TJLP com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de março de 2002 e 15 de março de 2005 e, mensalmente, a partir do dia 15 de abril de 2005.

A amortização do principal relativo ao subcrédito "A" será paga em 72 prestações mensais e sucessivas, entre 15 de outubro de 2002 e 15 de setembro de 2008 e a do subcrédito "B" será paga em 48 prestações mensais e sucessivas, entre 15 de abril de 2005 e 15 de março de 2009.

Em 04 de dezembro de 2006, a Renovias firmou outro contrato de abertura de crédito, sendo este de nº 06.2.0877.1 junto ao BNDES, no valor total de R$ 53.202 .

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,72% a.a. mais TJLP, com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2006 e 15 de dezembro de 2008 e, mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2009, inclusive.

A amortização do principal será paga em 36 prestações mensais e sucessivas, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de dezembro de 2011.

As principais garantias e cláusulas restritivas para ambos os contratos de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Renovias;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;
- Manter em conta reserva o equivalente a 02 vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, até 114 meses após a assinatura do contrato e manter o valor equivalente à última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante os últimos 06 meses do contrato. Entre o 73º e o 102º, mês será exigida também em complementação ao saldo mínimo exigido, fiança bancária, garantindo o equivalente ao valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida decorrente do contrato. Em 30 de setembro de 2008, o saldo da conta reserva é de R$ 1.165, valor suficiente apenas para o contrato n° 98.2.586.3.1, pois a primeira amortização do contrato nº. 06.2.0877.1 ocorrerá somente em janeiro de 2009;

- Seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelo BNDES;
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado;
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, excluindo para efeito do cálculo, o valor lançado com ônus fixo da concessão constante do passivo total, e
- Não contratar empréstimo de curto prazo, inclusive as renovações dos contratos já firmados após a celebração do contrato nº. 06.2.0877.1, cujo valor acumulado supere R$ 3.500, com data base de 10 de março de 1999, reajustado na mesma forma e nas mesmas épocas do reajuste da tarifa, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

Em 13 de julho de 2006 a Renovias firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R$ 26.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A.

Sobre o principal da dívida incidem juros calculados conforme Taxa DI-Cetip Over, divulgada pela CETIP, acrescida de 0,275% ao mês.

A amortização do principal será paga em 59 prestações mensais e sucessivas, entre 17 de Agosto de 2006 e 17 de Junho de 2011.

A principal garantia e cláusula restritiva deste contrato de financiamento é a seguinte: cessão fiduciária dos direitos de crédito perante a CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S/A e o Banco Itaú S/A, ("Devedores dos Recebíveis").

1.12 ViaQuatro

Em 14 de julho de 2008, a controlada firmou um contrato de abertura de crédito em dólares norte-americanos, mediante emissão de Cédula de Crédito Bancário, junto ao banco ABN Amro Real S.A., no montante de US$ 28.069 mil, à taxa de juros de 5,55% a.a. sem hedge e com pagamento em parcela única, com vencimento em 12 de setembro de 2008. Nesta data o contrato foi aditado para 13 de outubro de 2008, à taxa de juros de 5,4% a.a..

Em 18 de setembro de 2008, foram contratadas operações de hedge junto ao HSBC Bank Brasil S.A., com taxa de 78,9% (US$ 25.022 mil) e 75% (US$ 3.072 mil) do CDI, com vencimento em 13 de outubro.

2. Debêntures

2.1 RodoNorte

Em 1° de maio de 2001 a controlada emitiu 340 debêntures nominativas escriturais, com garantias reais, de série única, com valor nominal de emissão de R$ 85.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 14 de novembro de 2001, no valor total atualizado monetariamente de R$ 96.170, com deságio de 4,98%, que foi registrado como despesas pagas antecipadamente.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em taxa de juros de 11% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado, que será pago em 9 parcelas anuais, entre 1º de maio de 2002 e 1º de maio de 2010.

A amortização do principal ocorre em 7 parcelas anuais, entre 1º de maio de 2004 e 1º de maio de 2010. A primeira parcela correspondente a 10% do valor nominal e as demais, correspondentes a 15% do valor nominal. Todas na data de emissão.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à caução de 99,99% das ações representativas de seu capital social até a amortização final; caução das receitas decorrentes da exploração das rodovias, cessão de indenização dos seguros contratados, caução das contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras e, cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.3.

2.2 NovaDutra

Em 1º de julho de 2004 a controlada emitiu 18.000 debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em duas séries de 9.000 debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 16 de agosto de 2004, no valor total de R$ 185.425.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 9,5% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
  - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2006 e 1º de julho de 2010;
  - Juros: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2005 e 1º de julho de 2010.
- Segunda série:

- Amortização: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2007 e 1º de janeiro de 2010;
- Juros: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2010.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes e respectivas aplicações financeiras detidas pela emissora, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Os bens e direitos permanecerão empenhados até o cumprimento das obrigações assumidas pela controlada na escritura de emissão e nos contratos de financiamento junto ao BNDES, conforme especificado no item 1.2 desta nota explicativa.

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.2.

2.3 CCR

Em 1° de março de 2005 a Companhia emitiu 15.000 debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal total de emissão de R$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R$ 152.733.

A remuneração das debêntures é baseada em 105% da variação do CDI, paga semestralmente a partir da data de emissão.

O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

Em 26 de setembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações, da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R$ 300.000.

A remuneração da debênture é baseada em 100% da variação do CDI e spread de 1,60% a.a.

O valor nominal da debênture será pago em parcela única, com vencimento em 26 de setembro de 2009.

2.4 AutoBAn

Em 1° de abril de 2006 a controlada emitiu 51.000 debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de 9.800 debêntures cada uma e a terceira série de 31.400 debêntures,

com valor nominal total de emissão de R$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R$ 533.883.

As debêntures da primeira e segunda séries terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada em 103,3% do CDI.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
  - Amortização: 6 parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;
  - Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014. Os juros com vencimento em 1º de abril de 2008 foram liquidados em 31 de março de 2008.
- Segunda série:
  - Amortização: 5 parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
  - Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013. Os juros com vencimento em 1° de outubro de 2008 foram liquidados em 30 de setembro de 2008.
- Terceira série:
  - Amortização: 7 parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012.
  - Juros: semestralmente entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012. Os juros com vencimento em 1° de abril de 2008 e 1º de outubro de 2008 foram liquidados em 31 de março de 2008 e 30 de setembro 2008.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar dos 55% destinados ao Agente Fiduciário.

2.5 ViaOeste

Em 1° de julho de 2007 a controlada emitiu 65.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de 28.000 debêntures e as segunda e terceira séries de 18.500 debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R$ 650.000, as quais foram

parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1° de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada em 104,5% do CDI a.a., enquanto que as das segunda e terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de 8 anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de 8 anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de 7,5 anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 100% das ações da controlada e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter dívida sem o consentimento do Agente Fiduciário, a exemplo de debêntures, dívidas subordinadas e empréstimos de capital de giro que excedam o valor do principal total de R$ 50.000;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
    - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
    - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
        - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures e outras dívidas financeiras permitidas – o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
        - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

Em 30 de setembro de 2008, os pagamentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures do não circulante (consolidado) estavam assim distribuídos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
2009	71.561	38.324	109.885
2010	133.266	331.070	464.336
2011	40.540	288.913	329.453
2012	3.247	197.562	200.809
Após 2012	161	352.627	352.788
Total	248.775	1.208.496	1.457.271

18 Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Esse plano está baseado na venda, a determinados colaboradores escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UI´s.

A valorização das UI´s é calculada com base na cotação média das ações da Companhia no exercício, nos dividendos pagos aos acionistas e em indicador relacionado à criação de valor.

O direito de resgate das UI´s, desde que tenha ocorrido valorização das mesmas, ocorre após um período de carência de 3 anos (vesting), podendo ser exercido nos 3 anos subseqüentes.

A prática contábil adotada atualmente pela Companhia prevê que no final de cada exercício esteja provisionado o valor correspondente ao montante máximo de UI´s resgatáveis no ano seguinte.

Em dezembro de 2007, a Companhia provisionou o montante máximo resgatável no exercício de 2008, no valor de R$ 6.293, dos quais R$ 3.234 foram resgatados e R$ 5 baixados por ajuste de provisão em junho de 2008, mantendo-se a diferença de R$ 3.054 provisionada para resgate no próximo exercício.

Ao longo do exercício de 2008, estão sendo constituídas provisões mensais relativas ao saldo que se tornará resgatável a partir de 2009. Para este efeito, constituiu-se neste período provisão adicional de R$3.542, totalizando saldo atual provisionado em R$ 6.596.

Esse saldo é atualizado em decorrência da mudança no valor das UI´s, do término do período de carência, da outorga de novos planos, de resgates de UI´s ou desligamento de colaboradores contemplados.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor total das UI´s outorgadas, em valores de 30 de setembro de 2008, assim como a perspectiva de resgates, estão demonstrados no quadro abaixo:

	30/09/08	30/06/08
Saldo sob carência (vesting)	25.179	25.955
Saldo resgatável	3.054	3.054
Saldo total	28.233	29.009
Composição anual do saldo sob carência (vesting):		
2009	4.722	5.104
2010	5.614	5.910
2011	6.495	6.593
2012	5.495	5.495
2013	2.853	2.853
Total	25.179	25.955

19 Impostos, contribuições e parcelamentos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08
Circulante				
COFINS	-	-	27.845	26.438
ISS	82	113	15.416	13.349
PIS	-	1	8.280	8.224
Outros	121	266	6.638	5.495
	203	380	58.179	53.506
Não circulante				
COFINS	-	-	24.136	26.596
PIS	-	-	9.307	10.364
CSLL	-	-	1.211	423
IRPJ	-	-	343	402
Outros	-	-	-	46
	-	-	34.997	37.831

Em fevereiro de 2006, a AutoBAn e NovaDutra obtiveram o deferimento do parcelamento solicitado em 29 de dezembro de 2005, sobre a majoração da alíquota do PIS e COFINS. O parcelamento foi deferido em 60 parcelas, com pagamento da primeira parcela em 31 de março de 2006, sendo as mesmas atualizadas mensalmente pela variação da Selic.

Em maio de 2008, a AutoBAn obteve junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional o

deferimento de parcelamento de passivos contingentes decorrentes de alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e de majoração da alíquota de COFINS, de 2% para 3%, referente ao período de 03/1999 a 09/2000. Esse parcelamento foi concedido em 60 parcelas, atualizadas mensalmente pela variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), sendo que o pagamento da primeira parcela foi efetuado na mesma data da solicitação do parcelamento.

20 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08
Circulante				
Comissões a pagar	-	-	11.870	10.416
Receitas acessórias a apropriar	-	-	6.578	8.919
Verbas contratuais	-	-	5.776	6.122
Indenizações a pagar	-	-	3.608	3.608
Seguros a pagar	-	-	3.292	997
Outros	71	75	3.953	3.219
	71	75	35.077	33.281
Não circulante				
Contas a pagar para aquisição de investimentos (1)	-	13.058	-	13.058
Receitas acessórias a apropriar	-	-	2.931	3.009
Outros	1.123	1.122	1.123	1.124
	1.123	14.180	4.054	17.191

(1) Refere-se a contas a pagar a terceiros na aquisição da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., cujo contrato foi liquidado em 18 de agosto de 2008.

21 Compromissos vinculados à concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08
AutoBAn	2.269.549	2.037.760	1.804.743	1.615.274
RodoAnel	1.612.486	1.821.189	1.526.783	1.735.098
ViaOeste	413.166	410.587	330.386	326.684
Renovias	198.978	197.930	189.029	188.033
	4.494.179	4.467.466	3.850.941	3.865.089

Os compromissos das concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias serão pagos em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O compromisso da concessionária RodoAnel será pago em parcelas mensais e iguais até 2010, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA em julho de cada ano.

Esses compromissos, atualizados até 30 de setembro de 2008, estão assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2008	309.374	303.749
2009	1.254.312	1.195.173
2010	706.754	649.066
2011	303.633	266.563
Após 2011 até 2018	1.920.106	1.436.390
Total	4.494.179	3.850.941

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 693.523 referente ao direito de outorga fixo (R$ 388.473 em 30 de junho de 2008).

Decorrente do direito de outorga variável – AutoBAn, ViaOeste e Renovias

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subseqüente. O compromisso, em 30 de setembro de 2008, é de R$ 8.532 (R$ 7.871 em 30 de junho de 2008).

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 36.490 referente ao direito de outorga variável (R$ 22.388 em 30 de junho de 2008).

b. Compromissos relativos às concessões – (não revisado)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 30 de setembro de 2008, esses compromissos de investimentos estão estimados em R$ 5.973.935 (R$ 5.998.478 em 30 de junho de 2008), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	30/09/08	30/06/08
RodoNorte	1.356.893	1.377.735
ViaQuatro	1.329.295	1.329.295
AutoBAn	1.219.080	1.287.921
ViaOeste	659.926	569.416
NovaDutra	572.651	524.182
RodoAnel	491.086	465.176
Renovias	275.834	381.400
Ponte	58.146	52.623
ViaLagos	11.024	10.730
	5.973.935	5.998.478

c. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão; entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). A segregação foi realizada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada. A posição consolidada está demonstrada conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação/ amortização	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	
				30/09/08	30/06/08
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	3,49	22.069	10.906	11.163	11.355
Terraplanagem	5,56	130.233	75.422	54.811	56.620
Pavimentação	14,29	197.770	197.770	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	34.643	5.281	6.112
Obras de arte especiais	8,33	255.934	222.082	33.852	39.183
Sinalização e segurança	25	15.328	15.328	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	4.706	2.522	2.635
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	8.673	-	-
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	9.500	-	-
Delegação dos serviços públicos (*)	3,59	3.541.226	772.059	2.769.167	2.797.740
		4.227.885	1.351.089	2.876.796	2.913.645

(*) Refere-se à delegação dos serviços públicos das concessionárias RodoAnel, AutoBAn, ViaOeste, ViaLagos e Renovias (40%). Parte do custo da delegação dos serviços públicos está registrado como pagamentos antecipados relacionados à concessão, conforme nota explicativa nº.10.

d. Obras a executar - ViaOeste

	30/09/08	30/06/08
Não circulante	19.311	17.750

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a controlada ViaOeste.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 08 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R$ 98.303, a controlada deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações

previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004, o que ocorreu no terceiro trimestre de 2008.

22 Provisão para contingências - consolidado

As perdas prováveis trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas como passivo com base em opinião dos consultores legais da Companhia e suas controladas, estão resumidas a seguir:

	30/09/08	30/06/08
Circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários da rodovia	184	-
Trabalhistas e previdenciárias	2.478	2.681
	2.662	2.681
Não circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários da rodovia	5.815	5.505
Trabalhistas e previdenciárias	535	695
Tributárias	229	-
	6.579	6.200

Com base na opinião de seus consultores legais, a Administração acredita que a provisão para contingências é suficiente para cobrir as perdas que eventualmente ocorram, e que a decisão final não afetará significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira consolidada e o resultado das operações da Companhia e suas controladas. A parcela de provisão para contingências, registrada no passivo não circulante está baseada na análise da Administração da Companhia e suas controladas e seus consultores legais, cujo entendimento é de que ela não será exigida no próximo exercício.

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 192.344, em 30 de setembro de 2008 (R$ 150.588, em 30 de junho de 2008), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas às questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

Além de efetuarem depósitos judiciais, as controladas NovaDutra, AutoBAn, ViaLagos, Ponte, RodoNorte e ViaOeste contrataram fianças bancárias no montante de R$ 92.426 para os processos em andamento.

23 Patrimônio líquido

a Capital

O capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 403.101.800 ações ordinárias.

O capital poderá ser aumentado até o limite autorizado por meio de aprovação do Conselho de Administração.

b Reserva de capital

A reserva de capital corresponde a ágio na subscrição de ações no montante de R$ 220.527.

c Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76).

Em 11 de agosto de 2008, a Reunião do Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R$ 403.102, correspondente a R$ 1,00 por ação. Os dividendos foram pagos em 30 de setembro de 2008.

d Reserva legal

Foi desnecessária a sua constituição, de acordo com o previsto no § 1º do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76.

e Outras reservas de lucro

O saldo devedor de R$ 800 refere-se à conversão das demonstrações contábeis para moeda diferente da moeda funcional das controladas CCR México e CCR USA, conforme Deliberação CVM nº 534/08.

f Lucros acumulados

A destinação dos lucros acumulados é definida na Assembléia Geral Ordinária.

24 Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008, e da Instrução CVM nº. 235, de 23 de março de 1995, a Companhia divulga a seguir informações relativas a seus instrumentos financeiros.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Portanto, foi requerido uso de estimativas para determinar o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Exposição a riscos cambiais

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA) e ao Iene (Japão) e ao Peso Mexicano (México), equivalentes em 30 de setembro de 2008, a R$ 212.467 (R$ 159.633 em 30 de junho de 2008) (nota explicativa nº. 17). Desse montante, as controladas contrataram operações de hedge no valor de R$ 146.615 (R$ 105.454 em 30 de junho de 2008). O restante não está protegido por operações de hedge por se tratar da aplicação de recursos captados e investidos no exterior, exceto o montante de R$ 4.564 referente ao empréstimo vinculado a cesta de moedas na controlada RodoNorte.

b. Exposição a riscos de taxas de juros e índices

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americanos, (2) da TJLP e CDI relativos a empréstimos em reais e (3) IGP-M e CDI relativo às debêntures e (4) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 17 e 21.a.

c. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem primariamente em contas a receber de meios de pagamentos eletrônicos.

d. Valor de mercado de instrumentos financeiros - Consolidado

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial estão identificados a seguir:

	30/09/08		30/06/08	
	Valor contábil	**Valor de mercado**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**
Disponibilidades	561.493	561.493	498.430	498.430
Aplicações financeiras vinculadas conta reserva	7.788	7.788	1.981	1.981
Debêntures	1.827.609	N/D	1.511.157	N/D
Empréstimos	914.471	N/D	547.168	N/D
Financiamentos	172.717	N/D	189.818	N/D
Posição líquida a receber (pagar) de operações de hedge	7.412	4.441	(20.218)	(16.808)

N/D: Não disponível

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores de mercado informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- **Disponibilidades e aplicações financeiras vinculadas conta reserva** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- **Debêntures –** Não há um volume significativo de transações num mercado secundário, de forma a caracterizar uma avaliação de mercado.
- **Empréstimos –** não foi determinado o valor de mercado pelas seguintes razões:
  - Não são objeto de transação em nenhum mercado;
  - Eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitos mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado, acrescido de taxa especificada no contrato.
- **Financiamentos –** Conforme descrito na nota explicativa nº. 17, esses financiamentos são relativos a operações de "Project Finance" (financiamentos do BNDES, IFC e BID) para os quais não foi determinado o valor de mercado pelas seguintes razões:
  - Não há disponibilidade de operações similares no mercado;
  - Não são objeto de transação em nenhum mercado;
  - Eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitos mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado, acrescido de taxa especificada no contrato.
- **Contas a pagar de operações de "hedge" –** O método de mensuração do valor de mercado foi apurado considerando-se a expectativa de liquidação e as taxas de mercado vigentes na data do balanço.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Resumo das operações com derivativos:

- Ponte

Descrição	Valor de referência (nocional)		Valor justo		Efeito acumulado (período atual)		Resultado	
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08	Valor a receber/ (recebido)	Valor a pagar/ (pago)	Efeito trimestral - ganho/(perda)	Efeito acumulado - ganho/(perda)
Contratos de "swaps"								
Posição ativa								
Moeda estrangeira - USD	13.999	13.999	13.999	13.999				
Valor equivalente - R$	27.745	23.667	26.973	23.767	4.626		6.218	8.185
Índices	USD	USD	USD	USD			(1.740)	(6.874)
Taxas	6,13% a.a.	6,37% a.a.	6,19% a.a.	6,55% a.a.				
Posição passiva								
Valor equivalente - R$	23.119	28.800	23.355	29.039				
Índices	CDI	CDI	CDI	CDI				
Taxas - Pós	109,7%	103,4%	109,7%	103,4%				
Vencimento	14/07/2009	14/07/2008						
Liquidação de swap no período						(5.281)		
Contratos de "swaps"								
Posição ativa								
Moeda estrangeira - USD	11.001	11.001	11.001	11.001				
Valor equivalente - R$	21.802	18.598	21.195	18.676	3.634		4.885	6.431
Índices	USD	USD	USD	USD			(1.368)	(5.401)
Taxas	6,13% a.a.	6,37% a.a.	6,19% a.a.	6,55% a.a.				
Posição passiva								
Valor equivalente - R$	18.168	22.632	18.353	22.819				
Índices	CDI	CDI	CDI	CDI				
Taxas - Pós	109,7%	103,4%	109,7%	103,4%				
Vencimento	14/07/2009	14/07/2008						
Liquidação de swap no período						(4.150)		

- ViaLagos

Descrição	Valor de referência (nocional)		Valor justo		Efeito acumulado (período atual)		Resultado	
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08	Valor a receber/ (recebido)	Valor a pagar/ (pago)	Efeito trimestral - ganho/perda	Efeito acumulado - ganho/perda
Contratos de "swaps"								
Posição ativa								
Moeda estrangeira - JPY	4.032	4.032	4.032	4.032			11.208	21.423
Valor equivalente - R$	65.140	63.189	69.397	67.577				
Índices	JPY	JPY	JPY	JPY			(3.340)	(18.163)
Taxas	5,82% a.a	5,82% a.a	1,94% a.a	2,52% a.a				
Posição passiva								
Valor equivalente - R$	66.658	74.240	67.200	74.973		(1.518)		
Índices	CDI	CDI	CDI	CDI				
Taxas - Pós	103,2%	103,2%	103,2%	103,2%				
Vencimento	20/8/2010	20/8/2010						
Liquidação de swap no período						(1.666)		

- ViaQuatro

Descrição	Valor de referência (nocional)		Valor justo		Efeito acumulado (período atual)		Efeito Resultado / Ativo Diferido
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08	Valor a receber/ (recebido)	Valor a pagar/ (pago)	Efeito acumulado - ganho/perda
Contratos de "swaps"							
Posição ativa							
Moeda estrangeira - USD	1.782	-	1.782	-			
Valor equivalente - R$	3.491	-	3.395	-			
Índices	USD		USD				
Taxas	5,40% a.a.		3,77% a.a.				
Posição passiva							
Valor equivalente - R$	3.484	-	3.481	-	7		7
Índices	CDI		CDI				
Taxas - Pós	75%		75%				
Vencimento	13/10/2008		13/10/2008				

Descrição	Valor de referência (nocional)		Valor justo		Efeito acumulado (período atual)		Efeito Resultado / Ativo Diferido
	30/09/08	30/06/08	30/09/08	30/06/08	Valor a receber/ (recebido)	Valor a pagar/ (pago)	Efeito acumulado - ganho/perda
Contratos de "swaps"							
Posição ativa							
Moeda estrangeira - USD	14.513	-	14.513	-			
Valor equivalente - R$	28.437	-	27.655	-			
Índices	USD		USD				
Taxas	5,40% a.a.		3,77% a.a.				
Posição passiva							
Valor equivalente - R$	27.774	-	27.747	-	663		663
Índices	CDI		CDI				
Taxas - Pós	78,9%		78,9%				
Vencimento	13/10/2008		13/10/2008				

25 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam políticas de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial das informações trimestrais, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas de seguros referem-se à modalidade de todos os riscos (All Risk), conforme segue:

- Ações de indenização (Responsabilidade Civil);
- Sinistros durante e na execução de serviços de construção (Riscos de Engenharia);
- Sinistros envolvendo bens patrimoniais e roubo nas praças de pedágio (Riscos Patrimoniais);
- Acidentes associados às coberturas de engenharia e patrimoniais (Perda de Receita).

Em 30 de setembro de 2008, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia e suas controladas e equiparadas à controlada são resumidas conforme abaixo:

Responsabilidade Civil - de R$ 15.000 a R$ 68.000

Riscos de Engenharia - de R$ 4.632 a R$ 66.000

Riscos Patrimoniais - de R$ 14.200 a R$ 445.000

Perda de Receita - de um a doze meses de cobertura

26 Remuneração da administração

A remuneração total paga, no período, inclusive benefícios, dos administradores foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
30/09/07	12.643	22.355
30/09/08	13.014	24.968

27 Eventos subseqüentes

a. Notas promissórias - RodoAnel

Em 01 de outubro de 2008, a controlada RodoAnel firmou contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de notas promissórias comerciais com os bancos Bradesco, Santander e ABN Amro Real. O valor total da oferta é de R$ 460.000, equivalente a 80 notas promissórias, no valor nominal não atualizável de R$ 5.750 cada.

Os juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI's (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,18% a.a., incidirão sobre o valor nominal das notas promissórias. Essa remuneração será paga integralmente na data de vencimento.

As notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias, contados da primeira data de emissão.

Em 15 de outubro de 2008, ocorreu a primeira emissão de notas promissórias, captando-se o montante de R$ 46.000.

b. Financiamento - ViaQuatro

Em 7 de outubro de 2008, a controlada ViaQuatro contratou financiamento de longo prazo, no valor total de US$ 368,7 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas fases I e II do contrato de concessão e está assim dividido:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Empréstimo BID A (Fase I):
  - Valor: US$ 69,2 milhões;
  - Prazo total: 15 anos;
  - Custo: LIBOR + 2,20% a 2,80% a.a.
- Empréstimo BID A (Fase II):
  - Valor: US$ 59,5 milhões;
  - Prazo e custo: condições de mercado no momento da fase II.
- Empréstimo BID B (somente Fase I):
  - Valor: US$ 240 milhões;
  - Prazo total: 12 anos;
  - Custo: LIBOR + 1,90% a 2,50% a.a.

Os montantes serão creditados à concessionária mediante o atendimento de condições precedentes e serão contratados hedges tempestivamente.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28 Demonstrações dos fluxos de caixa

a. Demonstrações dos fluxos de caixa – Controladora

	2.008		2.007	
	3º Trimestre	Nove meses	3º Trimestre (Reclassificado)	Nove meses (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	219.621	524.799	178.969	447.572
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	120	355	112	331
Baixa do ativo imobilizado e intangível	-	3	5	9
Amortização do ágio	1.932	5.787	1.928	5.784
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	4.194	11.283	4.487	13.968
Equivalência patrimonial	(223.008)	(553.673)	(181.970)	(471.820)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Contas a receber	-	768	-	(11)
Contas a receber - Partes relacionadas	(2.472)	(9.509)	10.241	29.641
Impostos a recuperar	(2.512)	(8.964)	(5.110)	(11.215)
Despesas antecipadas e outras	(1.733)	(2.635)	(421)	(804)
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	1.181	1.977	(136)	(512)
Fornecedores - Partes relacionadas	392	2.460	(8)	17
Obrigações sociais e trabalhistas	4.315	1.360	841	936
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	(177)	13	293	289
Outras contas a pagar	(13.061)	(27.258)	1.612	3.929
Disponibilidades líquidas (aplicadas) geradas nas atividades operacionais	(11.208)	(53.234)	10.843	18.114
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	-	(292.123)	(368)	(368)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(78)	(190)	(177)	(239)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(78)	(292.313)	(545)	(607)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações	300.000	300.000	-	-
Pagamentos	(6.821)	(52.571)	(9.486)	(19.344)
Dividendos:				
Pagos	(403.103)	(604.654)	(330.542)	(532.093)
Recebidos	180.102	351.751	338.259	498.974
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamento	70.178	(5.474)	(1.769)	(52.463)
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades	58.892	(351.021)	8.529	(34.956)
No início do período	142.046	551.959	369.518	413.003
No final do período	200.938	200.938	378.047	378.047
Divulgação suplementar às informações do fluxo de caixa				
Caixa pago durante o período				
Juros	6.821	15.071	9.486	19.344

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Demonstrações dos fluxos de caixa – Consolidado

	2.008		2.007	
	3º Trimestre	Nove meses	3º Trimestre (Reclassificado)	Nove meses (Reclassificado)
xo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	219.621	524.799	178.969	447.572
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.112	8.820	3.016	(227)
Apropriação de despesas antecipadas	2.007	6.018	2.007	6.018
Provisão para perdas com investimentos	(4.860)		-	-
Depreciação e amortização	79.964	241.080	72.889	222.689
Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.249	5.131	1.577	6.777
Baixa do ativo diferido	(1)	-	-	25
Amortização do ágio	12.234	21.208	5.398	16.195
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	28.295	17.171	(6.396)	(10.416)
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	55	123	324	(44)
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	60.828	214.634	67.591	169.988
Resultado da operação de hedge	(15.863)	(5.601)	6.949	12.328
Constituição e juros sobre contingências fiscais	417	3.334	89	2.418
Provisão para devedores duvidosos	929	6.674	-	-
Juros sobre impostos parcelados	1.191	2.486	936	3.171
Participação dos minoritários	2.585	7.841	1.854	6.910
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Contas a receber	(17.805)	(28.161)	(7.646)	18.922
Contas a receber - Partes relacionadas	(14.219)	(19.580)	(16.103)	(5.368)
Impostos a recuperar	(73.149)	(177.901)	(40.135)	(98.322)
Despesas antecipadas outorga fixa	(260.097)	(582.723)	(23.033)	(67.108)
Despesas antecipadas	767	(6.636)	(1.510)	(4.611)
Outras contas a receber	364	(7.142)	(2.566)	25.096
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	30.592	34.086	15.264	9.070
Fornecedores - Partes relacionadas	(42.117)	(34.335)	416	(3.920)
Obrigações sociais e trabalhistas	13.438	17.101	4.113	8.938
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	104.323	248.465	75.000	196.732
Contingências	(57)	(812)	(2.286)	174
Obrigações com o poder concedente	2.168	17.040	(1.535)	(25.249)
Outras contas a pagar	(11.369)	(22.793)	5.854	4.473
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	131.602	490.327	341.036	942.231
xo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	(4.766)	13.532	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(154.946)	(694.335)	(109.495)	(365.410)
Adiantamento para aquisição de imobilizado	(25.554)	(38.424)	-	-
Constituição de ativo diferido	(12.646)	(23.859)	(2.742)	(5.979)
ponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(197.912)	(743.086)	(112.237)	(371.389)
xo de caixa das atividades de financiamento				
Resgates / Aplicações (conta reserva)	(5.807)	(7.788)	38.080	16.339
Liquidação da operações de hedge	(11.097)	(11.097)	(18.450)	(18.450)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações	626.100	1.012.959	746.951	791.615
Pagamentos	(76.720)	(355.545)	(498.204)	(774.494)
Dividendos pagos	(403.103)	(604.654)	(330.542)	(532.093)
Juros sobre capital próprio pagos a ex-acionistas		-	(4.895)	(4.895)
ponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamento	129.373	33.875	(67.060)	(521.978)
monstração do aumento (redução) nas disponibilidades	63.063	(218.884)	161.739	48.864
início do período	498.430	780.377	489.976	602.851
final do período	561.493	561.493	651.715	651.715
ulgação suplementar às informações do fluxo de caixa				
Caixa pago durante o período				
Juros	47.327	169.313	120.604	161.259
Imposto de renda e contribuição social	71.097	184.244	37.882	100.582

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) é uma holding criada para administrar investimentos em infra-estrutura no país e no exterior. No momento, a Companhia mantém investimentos em concessões rodoviárias e metroviárias no país e no exterior, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações. Ver o comentário de desempenho consolidado.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2008	4 - 30/06/2008
1	Ativo Total	5.407.937	4.788.571
1.01	Ativo Circulante	1.049.810	861.637
1.01.01	Disponibilidades	561.493	498.430
1.01.01.01	Caixa e Bancos	13.388	28.394
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	548.105	470.036
1.01.02	Créditos	193.878	155.685
1.01.02.01	Clientes	186.735	155.679
1.01.02.01.01	Contas a Receber	118.002	100.197
1.01.02.01.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	81.311	67.131
1.01.02.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	(12.578)	(11.649)
1.01.02.02	Créditos Diversos	7.143	6
1.01.02.02.01	Conta Reserva	7.143	6
1.01.03	Estoques	85	123
1.01.04	Outros	294.354	207.399
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	197.351	124.798
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	21.116	22.483
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	7.196	7.196
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	26.330	18.368
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	22.547	22.563
1.01.04.06	Contas a Receber - Operação de "Hedge"	8.930	0
1.01.04.07	Outros Créditos	10.884	11.991
1.02	Ativo Não Circulante	4.358.127	3.926.934
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	879.159	634.743
1.02.01.01	Créditos Diversos	645	1.975
1.02.01.01.01	Contas a Receber	26.410	26.410
1.02.01.01.02	Conta Reserva	645	1.975
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	(26.410)	(26.410)
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.061	1.022
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.061	1.022
1.02.01.03	Outros	877.453	631.746
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	45.558	44.962
1.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	18.271	22.648
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	7.982	7.867
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	629.701	406.034
1.02.01.03.05	Despesa Antecipada de Outorga Fixa	165.580	139.119
1.02.01.03.06	Despesa Antecipadas	10.343	11.094
1.02.01.03.07	Outros Créditos	18	22
1.02.02	Ativo Permanente	3.478.968	3.292.191
1.02.02.01	Investimentos	51.865	43.130

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2008	4 -30/06/2008
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	51.865	43.130
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	1.050	1.050
1.02.02.01.06	Provisão para Perda com Investimentos	(1.050)	(1.050)
1.02.02.02	Imobilizado	2.922.218	2.773.698
1.02.02.03	Intangível	441.332	452.511
1.02.02.04	Diferido	63.553	22.852

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2008	4 - 30/06/2008
2	Passivo Total	5.407.937	4.788.571
2.01	Passivo Circulante	2.005.882	1.146.812
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	838.413	491.687
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	838.413	482.520
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operação de "Hedge"	0	9.167
2.01.02	Debêntures	619.113	249.998
2.01.03	Fornecedores	147.846	117.254
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	58.179	53.506
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	37.897	33.559
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	20.282	19.947
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	28
2.01.06	Provisões	193.375	109.357
2.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	187.242	105.311
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	3.471	1.365
2.01.06.03	Contingências	2.662	2.681
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	41.429	33.350
2.01.08	Outros	107.527	91.632
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	63.918	50.480
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	8.532	7.871
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	35.077	33.281
2.02	Passivo Não Circulante	1.837.660	1.895.427
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.837.660	1.895.427
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	250.293	265.517
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	248.775	254.466
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operação de "Hedge"	1.518	11.051
2.02.01.02	Debêntures	1.208.496	1.261.159
2.02.01.03	Provisões	353.590	331.894
2.02.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	291.777	270.033
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	20.237	17.830
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	34.997	37.831
2.02.01.03.05	Contigências	6.579	6.200
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.916	1.916
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	23.365	34.941
2.02.01.06.01	Obrigações com o Poder Concedente	19.311	17.750
2.02.01.06.02	Outras Contas a Pagar	4.054	17.191
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	27.200	24.615
2.04	Patrimônio Líquido	1.537.195	1.721.717
2.04.01	Capital Social Realizado	571.234	571.234

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2008	4 -30/06/2008
2.04.02	Reservas de Capital	220.527	220.527
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	(800)	240
2.04.04.01	Legal	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	(800)	240
2.04.04.07.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(800)	240
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	746.234	929.716
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2008 a 30/09/2008	4 - 01/01/2008 a 30/09/2008	5 - 01/07/2007 a 30/09/2007	6 - 01/01/2007 a 30/09/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	802.504	2.154.855	664.976	1.855.337
3.02	Deduções da Receita Bruta	(58.404)	(155.054)	(47.396)	(136.158)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	744.100	1.999.801	617.580	1.719.179
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(277.437)	(784.321)	(233.560)	(705.318)
3.04.01	Depreciação e Amortização	(79.117)	(233.377)	(71.739)	(219.718)
3.04.02	Serviços	(78.398)	(213.997)	(66.860)	(205.641)
3.04.03	Custo com Outorga	(54.708)	(147.031)	(46.155)	(133.087)
3.04.04	Custo com Pessoal	(36.279)	(106.301)	(24.087)	(71.332)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(10.321)	(26.104)	(5.267)	(17.219)
3.04.06	Outros	(18.614)	(57.511)	(19.452)	(58.321)
3.05	Resultado Bruto	466.663	1.215.480	384.020	1.013.861
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(126.040)	(398.538)	(120.039)	(335.811)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(66.401)	(204.739)	(48.210)	(164.894)
3.06.03	Financeiras	(47.405)	(172.591)	(66.431)	(154.722)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	53.972	129.298	20.668	60.229
3.06.03.01.01	Variações Monetárias e Cambiais	4.355	24.596	7	52
3.06.03.01.02	Ganho com Operações de "Hedge"	22.311	36.039	1.880	1.880
3.06.03.01.03	Juros e Outras Receitas Financeiras	27.306	68.663	18.781	58.297
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(101.377)	(301.889)	(87.099)	(214.951)
3.06.03.02.01	Juros s/ Emprést.,Financ. e Debêntures	(51.872)	(148.665)	(48.942)	(145.239)
3.06.03.02.02	Variação Monetária s/Obrig.P.Concedente	(55)	(123)	(323)	45
3.06.03.02.03	Variações Monetárias e Cambiais	(35.069)	(101.542)	(12.662)	(14.990)
3.06.03.02.04	Perda com Operações de "Hedge"	(6.448)	(30.438)	(8.806)	(14.259)
3.06.03.02.05	Taxa, Comissões e Outras Desp. Financ.	(7.933)	(21.121)	(16.366)	(40.508)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(12.234)	(21.208)	(5.398)	(16.195)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2008 a 30/09/2008	4 - 01/01/2008 a 30/09/2008	5 - 01/07/2007 a 30/09/2007	6 - 01/01/2007 a 30/09/2007
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	340.623	816.942	263.981	678.050
3.08	Resultado Não Operacional	(416)	1.122	(212)	(1.620)
3.08.01	Receitas	574	4.658	0	0
3.08.02	Despesas	(990)	(3.536)	(212)	(1.620)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	340.207	818.064	263.769	676.430
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(107.903)	(276.994)	(79.914)	(222.145)
3.11	IR Diferido	(10.112)	(8.820)	(3.014)	209
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(2.571)	(7.451)	(1.872)	(6.922)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	219.621	524.799	178.969	447.572
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,54483	1,30190	0,44398	1,11032
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

Resultados do 3° trimestre de 2008

Bovespa: CCRO3

Bloomberg: CCRO3 BZ

Reuters: CCRO3.SA

www.grupoccr.com.br/ri

Arthur Piotto Filho – CFO e Diretor de Relações com Investidores
arthur.piotto@grupoccr.com.br
Tel: 55 (11) 3048-5932

Departamento de Relações com Investidores
invest@grupoccr.com.br

Gildo Rodrigues
gildo.rodrigues@grupoccr.com.br
Tel: 55 (11) 3048-5938

Flávia Godoy
flavia.godoy@grupoccr.com.br
Tel: 55 (11) 3048-5955

Danilo Cabrera
danilo.cabrera@grupoccr.com.br
Tel: 55 (11) 3048-6353

CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias, Companhia Aberta, com sede na Av. Chedid Jafet, 222 Bloco B, 5º Andar – CNPJ: 02.846.056/0001-97, NIRE: 35.300.158.334

São Paulo, 30 de outubro de 2008 – A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), a maior empresa de concessões de rodovias do Brasil em termos de receita, divulga seus resultados do 3º trimestre de 2008.

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em reais, de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 3T07 e ao 9M07.

Os resultados da concessionária Renovias passaram a ser incorporados proporcionalmente à CCR a partir de junho de 2008.

PRINCIPAIS DESTAQUES

- O tráfego cresceu 9,5% no 3T08 e 8,8% nos 9M08. Comparando-se a mesma base de tráfego, i.e., sem a adição de Renovias, o crescimento foi de 6,3% no 3T08 e 7,4% nos 9M08.
- A Receita Líquida alcançou R$ 744,1 milhões (+20,5%) no 3T08 e R$ 1.999,8 milhões (+16,3%) nos 9M08.
- O EBIT atingiu R$ 388,0 milhões (+17,4%) no 3T08 e R$ 989,5 milhões (+18,8%) nos 9M08.
- A margem EBIT alcançou 52,1% (-1,4 p.p.) no 3T08 e 49,5% (+1,1 p.p.) nos 9M08.
- O EBITDA atingiu R$ 482,0 milhões (+17,4%) no 3T08 e R$ 1.257,7 milhões (+16,7%) nos 9M08.
- A margem EBITDA alcançou 64,8% (-1,7 p.p.) no 3T08 e 62,9% (+0,2 p.p.) nos 9M08.
- O Lucro Líquido atingiu R$ 219,6 milhões (+22,7%) no 3T08 e R$ 524,8 milhões (+17,3 %) nos 9M08.
- O número de usuários da STP (arrecadação eletrônica) expandiu-se em 35,8%, em relação ao 3T07, atingindo 1.158 mil tag's ativos.
- Em 30 de setembro de 2008, a CCR realizou pagamento de dividendos no montante de R$ 1,00 por ação, totalizando R$ 403,1 milhões.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- No dia 31 de outubro, a CCR realizará o 4º CCR Day.

Indicadores Financeiros (R$ MM)	3T07	3T08	Var %	9M07	9M08	Var %
Receita Líquida	617,6	744,1	20,5%	1.719,2	1.999,8	16,3%
EBIT	330,4	388,0	17,4%	832,8	989,5	18,8%
Mg. EBIT	*53,5%*	*52,1%*	*-1,4 p.p.*	*48,4%*	*49,5%*	*+1,1 p.p.*
EBITDA	410,7	482,0	17,4%	1.077,7	1.257,7	16,7%
Mg. EBITDA	*66,5%*	*64,8%*	*-1,7 p.p.*	*62,7%*	*62,9%*	*+0,2 p.p.*
Lucro Líquido	179,0	219,6	22,7%	447,6	524,8	17,3%
Div. Liq./ EBITDA últ. 12m.	0,91x	1,43x	-	0,91x	1,43x	-
EBITDA / CAPEX	3,75x	2,67x	-	2,95x	3,06x	-
EBITDA / Juros e Variações Monetárias	6,05x	7,24x	-	6,32x	5,79x	-

COMENTÁRIO DO PRESIDENTE

Renato Alves Vale: "Mais uma vez, é com grande satisfação que divulgamos aos nossos acionistas, ao mercado e ao público interessado os ótimos resultados que a CCR obteve no 3T08.

"O tráfego continua evoluindo em linha com nossas estimativas e acompanhando o ritmo geral da atividade econômica brasileira, com as concessionárias apresentando crescimento médio no trimestre de 9,5% em relação ao 3T07, considerando-se os números da Renovias. Comparando-se a mesma base de concessionárias temos um crescimento de 6,3% com relação ao mesmo período do ano anterior. Todas as concessionárias apresentaram crescimento de tráfego positivo, com a única exceção da RodoNorte que foi particularmente afetada pelo baixo preço das *commoditties* agrícolas, ocasionando a retenção de alguns produtos nos armazéns e cooperativas do estado.

"No terceiro trimestre de cada ano corrigimos contratualmente a receita de pedágio pela inflação dos últimos 12 meses (com exceção da concessionária RodoNorte cujo mês contratual para reajuste é dezembro) que combinado com o forte crescimento do tráfego, contribuiu para reportarmos uma receita bruta trimestral recorde de R$ 802,5 milhões, crescimento de 20,7% sobre o 3T07.

"A CCR continua sendo reconhecida perante o mercado, investidores e acionistas como sendo uma empresa com foco na disciplina de capital, rentabilidade e que procura viabilizar soluções e investimentos em infra-estrutura contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico das áreas envolvidas. Dentro desse compromisso iniciamos em 01 de junho de 2008 a operação no RodoAnel Mário Covas - Trecho Oeste, com serviços de inspeção de tráfego, atendimento pré-hospitalar,

melhoria da sinalização, guincho e socorro elétrico e mecânico. Conforme anunciamos, esperamos iniciar a arrecadação de receita ainda no ano de 2008.

"Em relação à grave crise econômico-financeira que a economia mundial está passando, enfatizamos que a baixa alavancagem da companhia, sem instrumentos especulativos ou derivativos de risco, aliada ao perfil conservador da gestão do nosso caixa, nos permite estar em posição favorável para melhor suportar as turbulências bem como avaliar as oportunidades que certamente irão acontecer.

"O leilão de rodovias no Estado de São Paulo, ocorrido em 29/10/2008, mostrou que a CCR continua baseando-se nos princípios de responsabilidade e disciplina de capital, característica que possibilitou a formação de um portfólio diferenciado no mercado. Com essa política, a CCR busca não comprometer o padrão de qualidade de seus negócios, tão pouco os resultados da companhia e dos acionistas.

"Portanto, acreditamos na gestão do negócio centrada na busca constante da excelência operacional, no bom relacionamento com todos os nossos *stakeholders*, na prestação do serviço público de qualidade e no controle de custos. Para alcançarmos as melhores práticas empresariais, buscamos de maneira consistente viabilizar internamente ações inovadoras para adequar o diferencial de gestão e competitividade aos novos contextos de negócios, otimizando as estruturas de cada unidade de negócio, simplificando processos e, principalmente, valorizando os nossos colaboradores."

RECEITA BRUTA (+20,7%)

Receita Bruta de Pedágio (R$ 000)	3T07	3T08	Var %	9M07	9M08	Var %
AutoBAn	250.703	298.767	19,2%	685.463	793.752	15,8%
NovaDutra	171.310	198.164	15,7%	482.218	547.645	13,6%
RodoNorte	74.071	77.158	4,2%	210.844	232.096	10,1%
Ponte	23.898	26.523	11,0%	68.443	74.412	8,7%
ViaLagos	11.007	12.411	12,8%	35.682	39.623	11,0%
ViaOeste	107.563	130.671	21,5%	301.655	351.143	16,4%
Renovias		23.249			29.784	
Total	**638.552**	**766.943**	**20,1%**	**1.784.305**	**2.068.456**	**15,9%**
% Receitas Totais	**96,0%**	**95,6%**		**96,2%**	**96,0%**	

Outras Receitas	3T07	3T08	Var %	9M07	9M08	Var %
Total	**15.000**	**19.285**	**28,6%**	**39.433**	**46.468**	**17,8%**
% Receitas Totais	**2,3%**	**2,4%**		**2,1%**	**2,2%**	

Receitas Brutas da Gestão de Meios Eletrônicos de Pagto	3T07	3T08	Var %	9M07	9M08	Var %
STP	**11.424**	**16.276**	**42,5%**	**31.599**	**39.932**	**26,4%**
% Receitas Totais	**1,7%**	**2,0%**		**1,7%**	**1,9%**	

Total da Receita Bruta	**664.976**	**802.504**	**20,7%**	**1.855.337**	**2.154.856**	**16,1%**

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

No 3T08, os meios eletrônicos representaram 54,5% das receitas de pedágio e cresceram 29,9% em relação ao ano anterior. Nos 9M08, os meios eletrônicos representaram 52,8% das receitas de pedágio e cresceram 24,0% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O sistema "Sem Parar" atingiu 1.158 mil tag's ativos no 3T08, apresentando uma expansão de 35,8%, em relação à posição final do 3T07.

Nesse trimestre, todas as concessionárias tiveram as suas tarifas de pedágio reajustadas conforme o contrato de concessão, exceto a RodoNorte, cujo o mês contratual para reajuste é dezembro.

RECEITA LÍQUIDA (+20,5%)

A Receita Líquida consolidada cresceu 20,5% no 3T08, quando comparada com o mesmo período do ano anterior, atingindo R$ 744,1 milhões. Nos 9M08 a Receita Líquida cresceu 16,3%, atingindo R$ 1.999,8 milhões.

As Deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram 23,2% no 3T08, quando comparado com o 3T07, representando 7,3% da Receita Bruta do trimestre. Já nos 9M08 as Deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram 13,9%,em relação ao mesmo período do ano anterior, representando 7,2% da Receita Bruta no acumulado do ano.

TRÁFEGO (+9,5%)

Analisando a composição do crescimento do tráfego observa-se no quadro abaixo que exceto a RodoNorte, todas as concessionárias apresentaram crescimento positivo do tráfego. Dentre os fatores específicos que contribuíram para esse crescimento do tráfego observou-se:

(i) AutoBAn – o tráfego beneficiou-se da atividade industrial, crescimento das exportações/ importações (aéreo e aquaviário) e abastecimento das cidades ao longo do eixo Anhangüera-Bandeirantes devido ao crescimento da atividade econômica nessas cidades.

(ii) NovaDutra – efeito positivo da cobrança dos eixos suspensos em Jacareí e ações de mitigação de rotas de fuga.

(iii) ViaOeste – crescimento graças ao início da operação de novas usinas de moagem de cana-de-açúcar; queda dos preços das commodities em agosto e setembro contribuiu para desacelerar levemente o tráfego nesses meses em relação ao mês de julho.

(iv) RodoNorte – o tráfego foi impactado pelo baixo preço das commoditties agrícolas (em agosto e setembro), devido à retenção do produto nos armazéns e cooperativas do estado.

(v) ViaLagos – a elevação verificada tem como principal contribuinte o crescimento no consumo e na indústria, principalmente na construção civil, já que os produtos mais transportados foram desse segmento e menor índice pluviométrico quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

(vi) Ponte – aumento no número de veículos comerciais quando comparado com mesmo período do ano anterior; crescimento no consumo e indústria.

(vii) Renovias – aumento de veículos comerciais graneleiros (grãos) para escoamento da safra da região Centro-oeste do Brasil com destino ao porto de Santos. Início do transporte de açúcar à granel para o porto de Santos e transporte de álcool.

Além dos fatores discutidos acima, o mês de agosto de 2008 teve dois dias úteis a menos (houve 5 finais de semana) que o mesmo mês de 2007, impactando negativamente os veículos comerciais.

A título de informação adicional, a Renovias apresentou um crescimento de 5,8% no 3T08 comparado ao mesmo período do ano anterior.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Desempenho das Concessionárias	3T07	3T08	Var %	9M07	9M08	Var %
Tráfego - Veículos Equivalentes[1]						
AutoBAn	51.398.520	55.111.250	7,2%	144.412.648	156.455.886	8,3%
NovaDutra	32.210.244	34.314.486	6,5%	91.801.151	98.423.978	7,2%
RodoNorte	14.556.953	14.520.514	-0,3%	41.311.512	43.518.696	5,3%
Ponte	6.900.252	7.172.902	4,0%	20.001.646	20.855.615	4,3%
ViaLagos	1.182.086	1.240.036	4,9%	3.986.858	4.124.002	3,4%
ViaOeste	14.708.557	16.042.964	9,1%	42.603.318	46.229.661	8,5%
Renovias		4.471.991			5.852.221	
Consolidado CCR[2]	**142.565.421**	**156.090.009**	**9,5%**	**406.722.097**	**442.545.335**	**8,8%**
Consolidado CCR sem Renovias		**151.618.018**	**6,3%**		**436.693.114**	**7,4%**
Tarifa Média (em R$ / veic. equiv.)[3]						
AutoBAn	4,88	5,42	11,1%	4,75	5,07	6,7%
NovaDutra	5,32	5,77	8,5%	5,25	5,56	5,9%
RodoNorte	5,09	5,31	4,3%	5,10	5,33	4,5%
Ponte	3,46	3,70	6,9%	3,42	3,57	4,4%
ViaLagos	9,31	10,01	7,5%	8,95	9,61	7,4%
ViaOeste	7,31	8,15	11,5%	7,08	7,60	7,3%
Renovias		5,20			5,09	
Consolidado CCR	**4,48**	**4,91**	**9,6%**	**4,39**	**4,67**	**6,4%**
Consolidado CCR sem Renovias		**4,91**	**9,6%**		**4,67**	**6,4%**

1- Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

2- No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento se fundamenta no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

3-Tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número de veículos equivalentes de cada concessionária e consolidado.

Veículos Equivalentes	3T08		9M08	
	Leves	Comerciais	Leves	Comerciais
AutoBAn	43,0%	57,0%	44,1%	55,9%
NovaDutra	26,8%	73,2%	27,4%	72,6%
RodoNorte	22,1%	77,9%	23,1%	76,9%
Ponte	82,1%	17,9%	82,4%	17,6%
ViaLagos	77,9%	22,1%	79,9%	20,1%
ViaOeste	50,1%	49,9%	51,0%	49,0%
Renovias	49,8%	50,2%	51,3%	48,7%
CCR	43,3%	56,7%	43,9%	56,1%

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

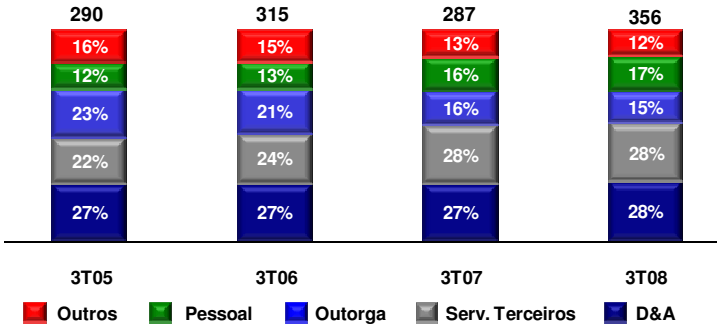
CUSTOS TOTAIS[1] (+24,0%)

Os Custos Totais (Custo dos Serviços Prestados somados às Despesas Administrativas) atingiram R$ 356,1 milhões (+24,0%) no 3T08, já nos 9M08 totalizaram R$ 1.010,3 milhões (+14,0%).Os principais motivos dessas variações são discutidos a seguir:

As despesas de Depreciação e Amortização somaram R$ 92 milhões (+17,5%) no 3T08. Nos 9M08 as despesas de Depreciação e Amortização somaram R$ 262,1 milhões (+9,7%). Essa majoração refere-se à transferência de ativo em andamento para ativo definitivo e consequentemente início da depreciação.

O Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) atingiu R$ 54,7 milhões no 3T08, registrando um aumento de 18,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento na parcela variável é resultado do crescimento da receita, já o da parcela fixa resulta do reajuste ocorrido em julho/08 nas concessionárias AutoBAn e ViaOeste. O custo da outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) distribuído por concessionária no 3T08 foi: R$ 39,4 milhões na AutoBAn, R$ 12,2 milhões na ViaOeste, R$ 294 mil na ViaLagos e R$ 2,8 milhões na Renovias. Nos 9M08, o Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas da outorga) atingiu R$ 147,0 milhões (+10,5%).

Custos Totais (R$ MM)



O Custo de Serviços de Terceiros, atingiu R$ 97,4 milhões (+21,6%) no 3T08. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao maior custo com o gerenciamento dos investimentos, dado a maior quantidade de obras nesse trimestre em comparação com o mesmo período anterior e aos gastos com desenvolvimento de novos negócios. Já nos 9M08 o Custo de Serviços de Terceiros foi de R$ 274,1 milhões (+12,3%).

O Custo com Pessoal atingiu R$ 61,1 milhões, registrando aumento de 33,4% em relação ao 3T07. Esse crescimento resultou principalmente do dissídio de 4% ocorrido em março/08, do aumento do quadro de funcionários (+217 funcionários) e da provisão de R$ 9,8 milhões referente à

[1] Custos Totais = Custos dos Serviços Prestados + Despesas Administrativas

Participação nos Resultados. O Custo com Pessoal atingiu R$ 189,7 milhões nos 9M08, registrando aumento de 21,1% em relação aos 9M07.

Os Outros Custos (seguros, aluguéis, marketing, viagens e meios eletrônicos de pagamentos) atingiram R$ 50,9 milhões (+38,0%) no 3T08. Esse aumento resultou principalmente dos materiais para manutenção e conservação que antes eram contabilizados no item de "Serviços de Terceiros" e Lei Rouanet. Nos 9M08, os Outros Custos atingiram R$ 137,2 milhões, aumento de 20,8% comparado aos 9M07.

EBITDA (+17,4%)

Reconciliação EBITDA (R$ MM)	3T07	3T08	Var %	9M07	9M08	Var %
Lucro Líquido	**179,0**	**219,6**	**22,7%**	**447,6**	**524,8**	**17,3%**
(+) Participação dos Minoritários	1,9	2,6	37,3%	6,9	7,5	7,6%
(+) IR e CS	82,9	118,0	42,3%	221,9	285,8	28,8%
(+) Resultado Não Operacional	0,2	0,4	96,7%	1,6	-1,1	n.m.
(+) Resultado Financeiro Líquido	66,4	47,4	-28,6%	154,7	172,6	11,5%
(+) Depreciação e Amortização[1]	80,3	94,0	17,0%	244,9	268,1	9,5%
EBITDA	**410,7**	**482,0**	**17,4%**	**1.077,6**	**1.257,7**	**16,7%**
Margem EBITDA	**66,5%**	**64,8%**	**-1,7 p.p.**	**62,7%**	**62,9%**	**+0,2 p.p.**

1 - Inclui as despesas antecipadas

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro Líquido (R$ MM)	3T07	3T08	Var %	9M07	9M08	Var %
Resultado Financeiro Líquido	**(66,4)**	**(47,4)**	**-28,6%**	**(154,7)**	**(172,6)**	**11,6%**
Despesas Financeiras:	**(87,1)**	**(101,4)**	**16,5%**	**(214,9)**	**(301,9)**	**40,5%**
- Variação Cambial	6,3	(20,4)	n.m.	10,4	(33,3)	n.m.
- Perda com Operação de Swap (Curva Passiva)	(8,8)	(6,5)	n.m.	(14,3)	(30,4)	113,5%
- Variações Monetárias	(19,3)	(14,7)	-27,8%	(25,3)	(68,4)	170,4%
- Juros empréstimos, financiamentos e debêntures	(48,9)	(51,9)	6,1%	(145,2)	(148,7)	2,4%
- Outras Despesas Financeiras	(16,4)	(7,9)	-51,8%	(40,5)	(21,1)	-47,9%
Receitas Financeiras	**20,7**	**54,0**	**161,0%**	**60,2**	**129,3**	**114,7%**
Ganho com Operação de Swap (Curva Ativa)	1,9	22,3	n.m.	1,9	36,0	n.m.
Outras Receitas Financeiras	18,8	31,7	68,5%	58,3	93,3	60,0%

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As concessionárias Ponte, ViaLagos e ViaQuatro possuem empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 2770, devidamente protegidas por contratos de swap. Esses instrumentos financeiros de proteção são demonstrados na Nota Explicativa n. 24 às Demonstrações Financeiras do ITR, conforme Deliberação CVM 550/08. Os contratos em vigor protegem a empresa dos riscos de variação cambial (curva ativa do contrato de swap) em troca da variação de um determinado percentual do CDI em igual período (curva passiva do contrato de swap).

A receita obtida na curva ativa do contrato de swap é contabilizada como 'Ganho com operação de swap'. A despesa decorrente da variação da curva passiva do contrato de swap é contabilizada como 'Perda de operação de swap'. A diferença entre as cuvas ativa e passiva, ou seja, o valor líquido do swap, no trimestre, resultou ganho de R$ 15,8 milhões; o valor líquido acumulado no ano resultou ganho de R$ 5,6 milhões. A desvalorização do Real no trimestre, aproximadamente 19%, foi lançada como despesa de 'Variação Cambial'.

As variações monetárias apresentaram redução no trimestre, principalmente devido a uma menor variação do IGP-M, que passou de 2,57% no 3T07 para 1,55% no 3T08. No acumulado do ano de 2008 esse indicador variou positivamente em relação aos nove primeiros meses de 2007 devido a forte oscilação do IGP-M de 8,47% nos 9M08 contra 4,06% nos 9M07.

A redução do item 'Outras Despesas Financeiras' (taxas, tarifas e comissões) é conseqüência, principalmente, da eliminação da CPMF.

O aumento do item outras receitas financeiras refere-se basicamente aos rendimentos sobre aplicações financeiras.

LUCRO LÍQUIDO (+22,7%)

A CCR consolidada apresentou um Lucro Líquido de R$ 219,6 milhões no 3T08, comparado à R$ 179,0 milhões no 3T07. Esse aumento é resultante da melhor performance operacional mencionada nos itens anteriores. Nos 9M08 o Lucro Líquido foi de R$ 524,8 milhões, apresentando 17,3% de aumento em relação aos 9M07.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ENDIVIDAMENTO

A liquidez corrente consolidada apresentou redução em relação à posição de 30 de junho de 2008, notadamente pela emissão de notas promissórias e debêntures de curto prazo, para honrar os compromissos de investimento e a outorga do RodoAnel – Trecho Oeste. A Administração da Companhia está trabalhando ativamente na reestruturação e alongamento do endividamento de curto prazo, que será substituído pela modalidade de project finance, com prazos compatíveis e adequados aos retornos esperados. A distribuição por moeda, prazo, indexador e amortização encontram-se nas tabelas abaixo.

(R$ MM)	jun/08	set/08
Dívida Bruta	**2.248,1**	**2.914,8**
% Moeda Nacional	98%	93%
% Moeda Estrangeira	2%	7%
Curto Prazo	**732,5**	**1457,5**
% Moeda Nacional	99%	94%
% Moeda Estrangeira	1%	6%
Longo Prazo	**1.515,6**	**1.457,3**
% Moeda Nacional	97%	92%
% Moeda Estrangeira	3%	8%
Caixa, Aplicações Financeiras e Conta Reserva	**500,4**	**569,3**
% Moeda Nacional	100%	100%
Ajuste de swap a receber (pagar)	(20,2)	7,4
Dívida Líquida	**1.767,9**	**2.338,1**

Composição da Dívida (R$ MM)	Indexador	Custo Médio	set/08	%
BNDES	TJLP	TJLP + (4,5% - 5,0%)	192,1	7%
Debêntures	IGP-M	IGP-M + (7,6% - 11%)	829,7	28%
Debêntures	CDI	103,3% - 105% CDI	997,9	34%
Moeda Estrangeira	US$	cesta de moedas, US$ + 5,0% - 6,13%	142,4	5%
Moeda Estrangeira	Mx$	9,6%	4,9	0%
Moeda Estrangeira	IENE	IENE + 5,8225%	65,1	2%
Outros	CDI	104,5% - 107,3% CDI	682,7	24%
Total			**2.914,8**	**100%**

Calendário de Amortização da Dívida		
Período	**R$ MM**	**% Total**
4º trimestre de 2008	771,2	27%
2009	796,2	27%
2010	464,3	16%
2011	329,5	11%
2012	200,8	7%
2013	143,9	5%
2014	114,2	4%
2015	94,7	3%
Total	**2.914,8**	**100%**

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

INVESTIMENTOS

No 3T08, os investimentos atingiram R$ 180,5 milhões. A AutoBAn continua em bom ritmo com as obras do Complexo Anhangüera e a construção das marginais na SP-330 do Km 92 ao Km 98. O investimento do RodoAnel foi concentrado na construção das 13 praças de pedágio e aquisição de sistema de arrecadação. A NovaDutra, além de recuperação geral do pavimento, investiu nas marginais do KM 169 ao 172,9 Sul (RJ). A ViaOeste e a RodoNorte investiram em recuperação de pavimento e obras de arte, conforme previsão contratual. A ViaQuatro continua em fase pré-operacional e realizando o adiantamento para pagamento da ordem de serviço dos fornecedores de sistemas e material rodante.

CAPEX (R$ MM)	1T08	2T08	3T08	Total
AutoBAn	34,3	61,3	38,8	134,4
NovaDutra	29,4	37,6	41,4	108,4
ViaOeste	13,6	9,6	16,3	39,5
RodoNorte	8,2	14,9	19,6	42,7
Ponte	3,0	3,2	2,8	9,0
ViaLagos	0,1	0,2	1,8	2,1
ViaQuatro	12,9	0,0	23,9	36,8
Renovias[1]		0,9	4,3	5,2
RodoAnel		2,2	31,3	33,5
Outras[2]	1,7	(1,6)	0,3	0,4
Consolidado	**103,2**	**128,3**	**180,5**	**412,0**

1 - Errata: inclusão de R$ 876 mil relativo à concessionária Renovias no 2T08.
2 - Inclui a CCR, CCR México,CCR USA, Actua, Engelog, Parques e STP.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 28 – Demonstrações dos fluxos de caixa, item b, as disponibilidade líquidas geradas nas atividades operacionais do 3º trimestre de 2008 foram de R$ 131.602, ante a R$ 341.036 no 3º trimestre de 2007.

Tal redução justifica-se basicamente pelo pagamento antecipado de outorga da concessão onerosa do RodoAnel – Trecho Oeste, em atendimento ao cronograma contratualmente estabelecido.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
01	CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	00.861.626/0001-92	ABERTA CONTROLADA	100,00	32,98
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		128.766.175		128.766.175	
02	CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	02.451.848/0001-62	ABERTA CONTROLADA	100,00	27,07
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		174.999.989		174.999.998	
03	CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	01.612.234/0001-52	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,92
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		35.167.988		33.167.995	
04	CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	00.358.042/0001-07	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,97
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		19.421.329		19.421.329	
05	RODONORTE C0NC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	02.221.531/0001-30	ABERTA CONTROLADA	85,92	10,60
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.846.936.430		1.846.936.430	
06	PARQUES SERVIÇOS LTDA.	03.910.714/0001-25	FECHADA CONTROLADA	85,92	0,04
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8.592		8.592	
07	ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	05.397.412/0001-20	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	
08	ACTUA ASSESSORIA LTDA.	05.410.674/0001-88	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,65
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	
09	ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	05.455.633/0001-08	FECHADA CONTROLADA	99,90	-0,92
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
10	SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.	05.699.264/0001-07	FECHADA CONTROLADA	38,25	1,33
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8.528.832		8.528.832	
11	CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	02.415.408/0001-50	ABERTA CONTROLADA	100,00	15,02
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		13.976.292.236		13.976.292.242	
12	CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	-0,26
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.999.999		1.999.999	
13	CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	07.682.638/0001-07	FECHADA CONTROLADA	58,00	1,74
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		63.572.141		63.572.142	
14	CCR - USA, LLC.	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	-0,24
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		200		1	
15	CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	09.387.725/0001-59	FECHADA CONTROLADA	95,00	0,49
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		44.192.133		44.191.150	
16	ESCAFANDRO PARTICIPAÇÕES S.A.	09.367.702/0001-82	FECHADA CONTROLADA	99,00	17,57
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		237.379.200		30.000.000	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/04/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105 % do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	02/03/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	02
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	NÃO HÁ
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	26/09/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	26/09/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,60% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	300.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	300.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	26/09/2009

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INFORMAÇÕES NÃO REVISADAS PELOS AUDITORES

Composição dos acionistas da Companhia de Concessões Rodoviárias com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97%	64.393.416	15,97%
Camargo Corrêa S.A.	7.766.880	1,92%	7.766.880	1,92%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42%	66.193.684	16,42%
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,42%	1.700.000	0,42%
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,29%		0,29%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,28%	1.143.847	0,28%
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	72.160.304	17,90%	72.160.304	17,90%
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90%	72.160.300	17,90%
Outros	116.418.404	28,90%	117.583.369	28,90%
Total	**403.101.800**	**100,00%**	**403.101.800**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	526.206.813	100,00%	526.206.813	100,00%
Outros	7	0,00%	7	0,00%
Total	**526.206.820**	**100,00%**	**526.206.820**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Participações Morro Vermelho S.A.	48.940	99,99%	93.099	95,69%	142.039	99,99%
Outros	6	0,01%	1	4,31%	7	0,01%
Total	**48.946**	**100,00%**	**93.100**	**100,00%**	**142.046**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Participações Morro Vermelho S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	4.882.646	33,33%	4.882.646	33,33%
Renata de Camargo Nascimento	4.882.646	33,33%	4.882.646	33,33%
Regina de Camargo P. Oliveira Dias	4.882.644	33,33%	4.882.644	33,33%
Outros	191	0,00%	191	0,00%
Total	**14.648.127**	**100,00%**	**14.648.127**	**100,00%**

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	40.634.482	73,18%	83.098.823	74,83%
IFC - International Finance Corporation	8.246.717	14,85%	8.246.717	14,85%	16.493.434	14,85%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	4.806.293	8,66%	4.806.294	8,66%	9.612.587	8,66%
Outros	8.028	0,01%	1.837.880	3,31%	1.845.908	1,66%
Total	**55.525.379**	**100,00%**	**55.525.373**	**100,00%**	**111.050.752**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez S.A.	233.761.338	100,00%	467.522.687	100,00%	701.284.025	100,00%
Outros	5	0,00%	0		5	0,00%
Total	**233.761.343**	**100,00%**	**467.522.687**	**100,00%**	**701.284.030**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Administradora Santana Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora São Miguel Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora Santo Estevão S.A.	238.663.827	33,33%	477.336.173	33,33%	716.000.000	33,33%
Outros	9	0,00%	0	0,00%	9	0,00%
Total	**715.991.488**	**100,00%**	**1.432.008.519**	**100,00%**	**2.148.000.007**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Administradora Santana Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Cotistas	cotas	%
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,02%
Total	**300.000**	**100,00%**

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Administradora São Miguel Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	200	0,00%
Vera Furtado de Andrade	200	0,00%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Nadja Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Marrote Participações Ltda	1.196.000	6,31%
Marília Furtado de Andrade	1.261.200	6,64%
Laura Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Heloisa Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Flávio Furtado de Andrade	1.203.600	6,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.376.400	7,25%
Luciana Furtado Andrade	1.368.000	7,20%
Paulo Furtado de Andrade	1.390.800	7,32%
Total	**18.990.000**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100,00%
Total	**1.455.201**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008 :

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100,00%
Total	**1.497.201**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Nadja Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100,00%
Total	**1.404.801**	**100,00%**

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100,00%
Total	**1.431.201**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.800	100,00%
Total	**1.392.801**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100,00%
Total	**1.372.401**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	1.196.000	100,00%
Total	**1.196.001**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Administradora Santo Estevão S.A. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ações	%
Sergio Lins Andrade	4.986.587	99,72%
Outros	13.776	0,28%
Total	**5.000.363**	**100,00%**

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Part. e Emp. S.A.	42.335.642.664	100,00%	42.335.642.664	100,00%
Outros	3	0,00%	3	0,00%
Total	**42.335.642.667**	**100,00%**	**42.335.642.667**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Part. e Emp. S.A. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Thadeu Luciano Marcondes Penido	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Total	**600.000.000**	**100,00%**	**600.000.000**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Cotistas	cotas	%
Brisa Internacional SGPS S.A.	599.188.237	100,00%
Brisa Autoestradas de Portugal S.A.	1	0,00%
Total	**599.188.238**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Brisa Internacional SGPS S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Brisa Auto-estradas de Portugal S.A.	50.000	100,00%	50.000	100,00%

Composição dos acionistas da Brisa Autoestradas de Portugal S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
José de Mello SGPS, SA	179.443.436	29,91%	179.443.436	29,91%
Babcock & Brown Limited	90.419.878	15,07%	90.419.878	15,07%
Abertis Infraestruturas AS	87.643.700	14,61%	87.643.700	14,61%
Banco Privado Português	30.737.859	5,12%	30.737.859	5,12%
Outros	211.755.127	35,29%	211.755.127	35,29%
Total	**600.000.000**	**100,00%**	**600.000.000**	**100,00%**

Ações da Companhia em circulação (free-float)

Após o desdobramento das ações (split em fevereiro de 2006) a quantidade de ações em circulação (free-float) corresponde a 115.136.868, representando 28,56% do capital da Companhia.

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 30 de setembro de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.233.536	0,31%	1.233.536	0,31%
Conselho Fiscal	0	0%	0	0%
Diretores	48.000	0,01%	48.000	0,01%
Outros (mercado)	115.136.868	28,56%	115.136.868	28,56%
Total	**403.101.800**	**100,00%**	**403.101.800**	**100,00%**

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 30 de setembro de 2007:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.985.036	0,49%	1.985.036	0,49%
Conselho Fiscal	0	0%	0	0%
Diretores	48.000	0,01%	48.000	0,01%
Outros (mercado)	114.385.368	28,38%	114.385.368	28,38%
Total	**403.101.800**	**100,00%**	**403.101.800**	**100,00%**

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto Social.

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Ao
Conselho de Administração e à Diretoria da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Companhia de Concessões Rodoviárias e da Companhia e suas controladas (informações consolidadas) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, os fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM 469/08.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n° 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM n° 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei n° 11.638/07 na preparação das demonstrações financeiras. Assim, as informações contábeis contidas nas informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n° 11.638/07. Todavia, na avaliação da administração não são esperados efeitos relevantes em 30 de setembro de 2008.

São Paulo, 24 de outubro de 2008.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

19.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Substituição do resumo das operações com derivativos da controlada ViaLagos na nota explicativa nº. 24 – Instrumentos financeiros.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	10
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	72
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	73
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	75
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	77
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	79
09	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	90
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	92
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	94
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	100
		CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	
		CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	
		CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	
		CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	
		RODONORTE C0NC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	
		PARQUES SERVIÇOS LTDA.	
		ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	
		ACTUA ASSESSORIA LTDA.	
		ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	
		SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.	
		CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	
		CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	
		CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	
		CCR - USA, LLC.	
		CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	
		ESCAFANDRO PARTICIPAÇÕES S.A.	
19	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	101